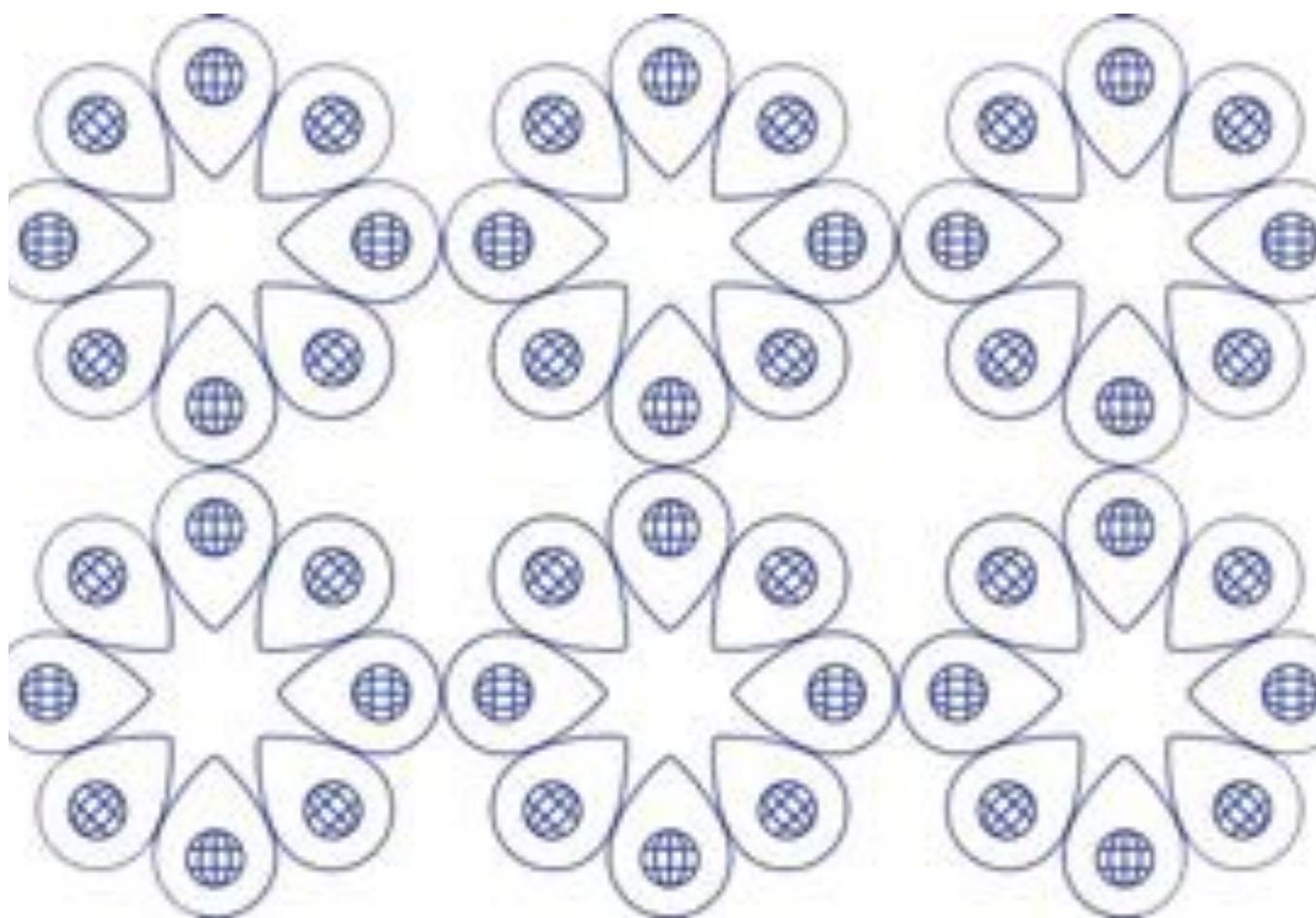


BOLETIM ICOM PORTUGAL

Série III Maio 2019 N.º 13



Motivo decorativo do cartaz do ICOM sobre o dia Internacional

*Museus como plataformas culturais:
o futuro da tradição*

ICOM international
council
of museums
Portugal

Índice

Editorial	3
Mensagem do Presidente	6
Breves	8
Dia internacional dos Museus	12
Extra: Que museus queremos para Portugal?	15
<i>Contributos para reflexão do ICOM Portugal</i>	15
Em Foco	28
<i>O Estudo dos Públicos dos</i>	28
<i>Museus Nacionais</i>	28
Em Foco	36
<i>“Endangered Heritage: Emergency Evacuation of Heritage Collections”, um manual UNESCO/ICCROM</i>	36
Em Foco	46
<i>Estudo Perfis sociais e práticas profissionais dos membros do ICOM Portugal: uma apresentação inicial</i>	46
Em Foco	57
<i>Os Profissionais de Museus no Mundo digital:</i>	57
<i>Contributos do Projecto Mu.SA</i>	57
Entrevista	68
<i>com Jette Sandahl</i>	68
Conferências: comentários	73
<i>O Espectro da Globalização Patrimonial: Fricções, Indigenizações e Autodeterminações.</i>	73
Conferências: comentários	77
<i>Museus, Educação e Acção Cultural – Entre Novos e Antigos Significados</i>	77
Conferências: comentários	81
<i>Museus: os desafios da autonomia</i>	81
<i>Encontro de Outono 2018, 15 de Outubro de 2018, Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra</i>	81
Publicações Sugestões de leitura	86
Novas edições	86
Agenda Conferências, encontros, debates	91
Formação	95
Chamada para propostas	97

Editorial



Dedicamos este número ao tema do Dia Internacional de Museus de 2019: *Museus como plataformas culturais: o futuro da tradição*.

Na secção Extra apresentamos um documento de reflexão elaborado pelo ICOM Portugal sobre políticas museológicas com o título “Que Museus queremos para Portugal”.

Na secção Em foco é apresentado o importante estudo sobre os públicos dos museus nacionais, bem como o importante manual “Endangered Heritage: Emergency Evacuation of Heritage Collections”, produzido em parceria por UNESCO/ICCROM. Ainda nesta secção apresenta-se o mais recente projecto do ICOM Portugal em parceria com o OPAC, “Estudo Perfis sociais e práticas profissionais dos membros do ICOM Portugal: uma apresentação inicial”.

Na secção Perspectivas é apresentado o artigo “Os Profissionais de Museus no Mundo digital: Contributos do Projecto Mu.SA, um importante projecto co-financiado pela União Europeia, em que o ICOM Portugal é parceiro.

Uma palavra especial para salientar a Entrevista exclusiva que Jette Sandahl concedeu ao ICOM Portugal. Atualmente preside o Comité do ICOM sobre Definição de Museu, Perspectivas e Potenciais (MDPP) e é a presidente do European Museum Forum (EMF).

Na secção Conferências são apresentados comentários a diversas conferências ICOM. O Espectro da Globalização Patrimonial: Fricções, Indigenizações e Autodeterminações. 4ª Conferência Bianual da Association of Critical Heritage Studies, Universidade de Zheijian, em Hangzhou, China; Museus, Educação e Acção Cultural – Entre Novos e Antigos Significados Conferência Anual do Comité para a Educação e Acção Cultural (ICOM-CECA) e Museus: os desafios da autonomia -Encontro de Outono 2018, 15 de Outubro de 2018, Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra.

Por último apresenta-se a secção de Publicações e Sugestões de leitura onde se salientam algumas novas edições e se apresenta a agenda nacional para conferências, encontros, debates, formação e chamada para propostas.

Agradecemos a todos os autores que constam deste volume e desejamos boas leituras a todos nossos associados.

Mário Antas

Colaboram neste número

Ana Carvalho, museóloga

Alexandre Matos, membro da direcção do CIDOC

Carolina, Bolseira ICOM Silva

Isabel Raposo Magalhães, Museu Nacional dos Coches

Jette Sandahl, ICOM - MDPP e presidente do European Museum Forum (EMF)

Jorge Santos, Investigador do OPAC, CIES-Instituto Universitário de Lisboa

José Alberto Ribeiro, presidente do ICOM Portugal

José Gameiro, Direcção do ICOM Portugal

José Soares Neves, ISCTE-IUL, CIES-IUL, OPAC

Maria de Jesus Monge, Direcção ICOM Portugal

Pedro Antunes, Bolseiro ICOM

Teresa Mourão, DGPC/DMCC

Ficha Técnica

Boletim ICOM Portugal, Série III, N.º 9, Junho 2017 | ISSN 2183-3613

Este boletim é uma edição da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM Portugal). As opiniões expressas nos textos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores, não reflectindo necessariamente os pontos de vista do ICOM Portugal. O boletim adopta a antiga ortografia.

Editorial: Mário Antas | Revisão: José Alberto Ribeiro, Dália Paulo, José Gameiro, Maria de Jesus Monge

Projecto gráfico: Rui Belo | Imagem da capa: © ICOM

Agradecimentos: Jette Sandahl, Ana Carvalho

ICOM Portugal | Palácio Nacional da Ajuda – Museu, Ala sul – 2.º Andar, Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa | tel. 213637095 | info@icom-portugal.org | boletim.icom.pt@gmail.com | <http://www.icom-portugal.org> | <https://www.facebook.com/icomportugal>

Mensagem do Presidente



O dia internacional dos Museus é celebrado em todo o mundo como um dia de Festa dos Museus, das suas comunidades e dos seus patrimónios culturais. Neste ano os museus de todo o mundo chamam a atenção para o valor dos museus como plataformas culturais, como espaços de encontro entre tradição e modernidade.

O ICOM Portugal, não pode deixar de saudar todos os profissionais de museus que, em Portugal, neste ano mais uma vez demonstram a vitalidade da vida dos museus e o seu valor para as práticas culturais nas comunidades.

Neste último ano os museus portugueses tem sido tema ativo na sociedade. O ICOM Portugal tem contribuído de forma ativa e empenhada na identificação das principais questões da política museológica nacional, e tem levado a diferentes atores as suas propostas. Tem procurado chamar a atenção para os problemas com que os profissionais de museus se deparam no seu dia-a-dia, para as relevantes questões da gestão dos museus, da formação e emprego digno para os seus profissionais.

Reconhecemos que ao longo deste ano foram tomadas várias medidas que contribuem para a melhoria e vigor dos museus portugueses. Não podemos deixar de reconhecer que ainda há um caminho a percorrer e disponibilizamo-nos a participar para encontrar soluções viáveis em conjunto com a comunidade museológica.

Mas o tempo é hoje de festa e, sobretudo, não podemos esquecer que os museus são lugares de vida e que o seu valor na sociedade decorre da relevância do trabalho que os seus profissionais e amigos dos museus fazem em todo o país.

Celebramos os museus portugueses com orgulho no trabalho dos nossos profissionais e continuaremos com o compromisso de fazer dos nossos museus lugares de cultura viva.

Deixamos também um abraço solidários aos nossos colegas de Moçambique, que neste dia trabalham para reconstruir e salvaguardar o seu património afetado pelos trágicos eventos que afetaram o país.

José Alberto Ribeiro

Presidente do ICOM Portugal

Breves

Assembleia geral do ICOM realiza-se em Quioto no Japão 1-7 Setembro



A 25ª assembleia geral do ICOM realiza-se este ano em Quioto no Japão de 1 a 7 de setembro. O tema geral é *O museu como plataforma cultural - o futuro da tradição*. O tema “plataformas” tem como objetivo destacar dois conceitos-chave: Museus como “Redes” - apoiando parcerias colaborativas entre si e Museus como “núcleos” que fortalecem as comunidades nível local.

O sub-tema “O Futuro da Tradição” pretende ligar os museus ao futuro, respeitando as tradições. Para inscrições e mais informações consultar: <http://icom-kyoto-2019.org/>

Prémios EMYA 2019, Sarajevo

Os prémios EMYA 2019 foram entregues este ano em Sarajevo no dia 25 de Maio. Antes, entre 23 e 24, os museus mais inovadores da Europa tiveram oportunidade de se apresentar e reunir para trocar experiências e partilhar a sua diversidade.

Prémios e vencedores em:

<https://europeanforum.museum/annual-conference/emya2019-winners/>



Luta contra o tráfico ilícito de bens Culturais – UNESCO

Está disponível, em inglês e francês, um guia prático, dirigido às autoridades judiciais e forças da ordem para a luta contra o tráfico ilícito de bens culturais. Esta publicação, com a chancela da UNESCO, da autoria de Zeynep Boz, procura servir como guia para as autoridades prevenirem o tráfico ilícito de bens culturais, o que requer uma série de competências específicas e um conhecimento aprofundado de um conjunto de instrumentos legais internacionais que o guia procura apresentar e explicar.



Espaços de Memória em contextos museológicos

O seminário europeu *Espaços de Memória em contextos museológicos*, organizado pela DRNC/ Paço dos Duques de Guimarães,, pelo ICOM Europa, DEMHIST, ICOM Portugal e DEMHIST Portugal, decorreu em Guimarães, no Paço dos Duques, entre os dias 2 a 4 de Maio com o apoio das Câmaras Municipais de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão. Na ocasião foi apresentada a publicação "10 anos de reflexão sobre Casas-museu em Portugal", nº 1 da coleção Património a Norte, da Direção Regional de Cultura do Norte.



ICOM Portugal organizou as Jornadas da Primavera

A Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus (ICOM-Portugal) realizou no dia 11 de Março, as jornadas da primavera subordinadas ao tema “**Os museus como plataformas culturais – museus e cidadania**”, proposto pelo [International Council of Museums \(ICOM\)](#) para assinalar este ano, o [Dia Internacional dos Museus](#).



Colóquio Internacional “Música & Museu”

O ICOM Portugal associou-se ao Colóquio Internacional “Música & Museu” que se realizou entre o dia 28 de Fevereiro e 1 de Março, no Museu Nacional da Música. Este encontro foi organizado através de uma parceria entre o Museu Nacional da Música de Lisboa, o Núcleo de Pesquisa em História das Coleções e Museus da Universidade Fe-



deral de Minas Gerais (Brasil) e a Tagus-Atlanticus Associação Cultural.

Assembleia-Geral do ICOM Portugal

O ICOM Portugal realizou no passado dia 11 de Março, no Palácio da Ajuda, a Assembleia-Geral anual. Esta Assembleia, presidida por Clara Frayão Camacho, teve como objectivo fazer a apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas referentes ao exercício de 2018, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal.

Foi feito o Balanço do ano de 2018 e apresentado o plano para 2019 que se encontra disponível em: <http://icom-portugal.org>. As linhas programáticas para o próximo triénio também se encontram disponíveis para consulta em:

<http://icom-portugal.org>

Conferência “Definição de Museu – A espinha dorsal dos museus?”

O ICOM Portugal organizou, no dia 26 de Fevereiro, no Palácio Nacional da Ajuda, uma conferência de Jette Sandahl sobre a reflexão em curso relativamente à definição de museu. Jette Sandahl preside o Comité do ICOM sobre Definição de Museu, Perspectivas e Potenciais (MDPP) e é a pre-



sidente do European Museum Forum (EMF).

Refira-se que o ICOM está a levar a cabo um processo participativo em que todos são convidados a partilharem a sua proposta de definição de museu. Pode participar em: : <https://icom.museum/en/activities/standards-guidelines/museum-definition/>

Dia internacional dos Museus

ICOM Portugal

O ICOM seleciona anualmente para o **Dia Internacional dos Museus** um tema que está no centro das preocupações da sociedade. Este ano a reflexão centra-se no futuro dos museus e no seu papel central para o desenvolvimento da sociedade em todo mundo. O tema definido, a celebrar por todos na conferência trienal que se realizará em Quioto, no Japão, é: “Museus como centros culturais: o futuro da tradição”



Para esta reflexão, deixamos a tradução do texto que o ICOM publicou originalmente no seu site, em inglês, com o objectivo de apresentar o tema e suscitar as questões de todos os interessados.

O papel dos museus na sociedade está a mudar. Os museus continuam a reinventar-se na procura por se tornarem mais interativos, focados no público, orientados para a comunidade, flexíveis, adaptáveis e móveis. São agora pólos culturais que funcionam como plataformas onde a criatividade combina com o conhecimento e onde os visitantes também podem co-criar, partilhar e interagir.

Enquanto preservam suas principais missões – coleccionar, conservar, comunicar, investigar, expor – os museus transformaram as suas práticas para se manterem próximos das comunidades que servem. Hoje, procuram formas inovadoras de lidar com questões sociais contemporâneas e conflitos. Agindo localmente, os museus também podem defender e mitigar os problemas globais, esforçando-se para enfrentar proativamente os desafios da sociedade atual. Como instituições no coração da sociedade, os museus têm o poder de estabelecer o diálogo entre culturas, construir pontes para um mundo pacífico e definir um futuro sustentável.

Sendo estas instituições cada vez mais centros culturais ou de cultura, estão também a encontrar novas maneiras de honrar as suas colecções, as suas histórias e os seus legados, criando tradições que terão novo significado para as futuras gerações e relevância para um público contemporâneo cada vez mais diversificado ao nível global. Essa transformação, que terá um profundo impacto na teoria e na prática dos museus, também nos obriga a repensar o valor dos museus e a questionar as fronteiras éticas que definem a própria natureza de nosso trabalho como profissionais de museus.

Ao mesmo tempo, um ponto focal para a comunidade e parte integrante de uma rede global, os museus oferecem uma plataforma para traduzir as necessidades e pontos de vista das comunidades locais num contexto global.

Como sempre, o ICOM Portugal, procura promover e suscitar o interesse dos seus membros a divulgar as informações através dos canais que tem ao seu dispor.

Assim sendo recomendamos a todos os museus e profissionais de museus a divulgação das iniciativas que programaram para o DIM 2019 e para a Noite dos Museus através da página que o ICOM Internacional dedica à [divulgação de actividades no âmbito do Dia Internacional dos Museus](#).

Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus – Programas e Actividades

O programa de actividades em museus de todo o mundo, Portugal incluído, está disponível neste [site](#) do ICOM Internacional

O programa de actividades em museus portugueses está disponível neste [site](#) da DGPC.

Extra: Que museus queremos para Portugal?

Contributos para reflexão do ICOM Portugal

ICOM Portugal

Apresentamos o presente documento de reflexão elaborado pelo ICOM Portugal, no seguimento da reunião mantida com a Senhora Ministra da Cultura, Dr^a Graça Fonseca.

1-Museus para Portugal

1.1-Que novos paradigmas e modelos para os museus portugueses do século XXI?

A ideia de museu e a sua definição, está atualmente em discussão no ICOM e será objeto de eventual alteração na sua 25^a Conferência Geral, a ter lugar em setembro, na cidade de Quioto, no Japão. Ao longo dos últimos anos foram promovidas várias discussões à escala internacional sobre este tema, que o próprio ICOM Portugal recentemente dinamizou. Consideramos da maior importância que os museus portugueses igualmente acompanhem criticamente essa reflexão, visando um desejável e salutar empenhamento na procura e transformação de alguns dos seus paradigmas e modelos, numa museologia que se quer de maior proximidade cultural e científica, junto das suas envolventes humanas.

Sendo sempre difícil alcançar uma adequação única e universal de uma definição de museu, é no mínimo fundamental que ela responda de uma forma global mais prudente e pragmática, atenta às realidades dos seus

contextos sociais, geográficos e históricos, dentro dessa enorme e plural geometria variável que, do ponto de vista museológico caracteriza as várias dimensões locais, nacionais e internacionais.

Portugal é uma referência importante na museologia internacional pela ação dos seus museólogos e profissionais e é nesse permanente e responsável questionamento, a manter e a ser estimulado aos mais diversos níveis, que poderá residir e deverá ser encontrada a resposta para algumas das questões que se colocam e venham a colocar aos museus portugueses, visando uma maior, mais acessível e dinâmica abertura à sociedade, com múltiplas funções e serviços na comunidade.

É geralmente sentida a necessidade de uma maior participação da comunidade museológica nas questões que lhe respeitam, designadamente através da introdução de mecanismos de consulta efetiva, com periodicidade fixa. Os órgãos existentes são instrumentos de consulta sem capacidade decisiva e que, frequentemente, são compostos na sua maioria por elementos designados pelo Governo – como transparece da recente Resolução 35/2019.

Se é previsível uma descentralização de tutelas, tem de ser garantida a voz dos diversos níveis e a capacidade de serem ouvidos na definição e avaliação de políticas nacionais.

1.2-Que visão e missão devem os museus assumir em Portugal?

Seria desejável e fundamental perspetivar um futuro, no qual fosse devolvida aos museus portugueses uma maior autonomia, não apenas económica, mas assente na capacidade e possibilidade das suas direcções e equipas profissionais, globalmente considerados na diversidade das suas tutelas, de serem portadoras de uma autónoma, efectiva, independente e responsável capacidade de iniciativa, fora de uma contínua e desmotivante dependência hierárquica centralizadora.

Uma autonomia na qual os museus e os seus responsáveis fossem os protagonistas de uma visão e missão de abertura a uma programação em redes colaborativas e colegiais de informação, formação, actividades e temáticas, partilhadas não apenas entre os seus profissionais e centrados nas suas colecções e ou património específico, mas permanentemente pensadas e focadas na participação dos seus visitantes e na inclusão das suas comunidades, no desenvolvimento de projetos de co-produção, co-participação e co-curadoria.

Uma futura paisagem museológica na qual os museus se assumissem como modelos orgânicos tripartidos enquanto:

1- “Observatórios” atentos e permanentes do seu território, da especificidade do seu património, da percepção e conhecimento real das suas comunidades, de forma a encontrar mais facilmente os temas prioritários e motivantes a abordar, os seus potenciais interlocutores, colaboradores, patrocinadores, parceiros e públicos.

2- “Laboratórios” de ideias, de iniciativas de produção de conhecimento e de integração equilibrada e complementar dos desafios das novas tecnologias e novos projetos, mas com uma forte carga de interactividade no plano social, científico, educativo e cultural, facilitadores de uma maior acessibilidade, atratividade, sentimento de pertença e presença ativa e participativa.

3- “Pontes” entre gerações e grupos sociais, lugares de encontro entre projectos inovadores e conteúdos formativos e criativos, espaços dinâmicos de debate centrados na realidade e diversidade dos visitantes e nas suas diferenças culturais, enquanto centros mediadores de encontro, tolerância, educação, inclusão, igualdade e cidadania.

1.3- Qual deve ser o papel do Estado, dos vários actores, poderes nacionais regionais e locais?

O Estado (entendido aqui como o Governo) deverá manter um papel regulador da atividade dos museus e património e a tutela específica dos Museus Nacionais, podendo e devendo os diversos ministérios possuir e gerir museus nos respectivos campos de actividade. Defendemos como crucial a criação e existência de uma plataforma permanente (grupo de trabalho ou conselho) alargada a outros níveis de poder e tutelas para a política museológica e patrimonial em geral. Sem prejuízo de outras, as seguintes áreas afiguram-se essenciais: Cultura, Educação e Ciência, Economia e Turismo, Administração Interna (Território) e Negócios Estrangeiros.

As Regiões político-administrativas, quando e se existirem, poderão tutelar os Museus Regionais.

As Autarquias poderiam igualmente com recursos humanos específicos, tutelar outros museus públicos, seguramente a maioria.

Contudo, a política museológica, não se gerindo por “ilhas de isolada responsabilidade”, deveria motivar todos os intervenientes, aos diversos níveis, a considerar e a desenvolver uma forte interacção mais globalizante de uma continuada e permanente partilha de meios e recursos numa relação privilegiada com todas as estruturas museológicas e patrimoniais da Rede Portuguesa de Museus (RPM) bem como outras redes regionais e locais, num mais assumido e real cumprimento da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, de 19 de Agosto de 2014.

1.4-Recentes debates chamaram a atenção para a apetência por museus que contribuam para pensar o Homem e a Sociedade portuguesa; a oferta actual pode/consegue responder a esta necessidade?

Os museus em geral têm por missão refletir sobre a sociedade portuguesa e as suas dinâmicas, nas mais variadas dimensões.

Desse modo e tendo em conta polémicas recentes sobre a necessidade de novos museus, nunca será demais conciliar e tentar encontrar nos atuais museus pontes para lidar com eventuais temáticas ainda ausentes conferindo-lhes condições dignas de existência, embora se possa admitir haver lugar a futuros e novos museus desde que mantidos os critérios definitórios abaixo indicados, e tendo em conta designadamente:

- a) Campos disciplinares ou novos enfoques sociais de grande impacto público e não ou muito mal representados nos museus existentes (Ex.: Museu da Resistência e da Liberdade, em criação, e/ou a intenção de Museu dos Descobrimentos);
- b) Mais equilibrada distribuição territorial da rede de museus nacionais, seja através da transferência para fora dos grandes centros (Lisboa tipicamente: caso do Museu Nacional da Música), seja pela criação de pólos regionais, seja pela própria criação ex novo ou reconversão em nacionais de museus já existentes. Para além dos museus nacionais, deveria ser dada especial atenção aos movimentos populares de criação de museus, dando incentivo e apoio técnico à museologia comunitária em cooperação com os municípios.
- c) Uma outra questão que deverá merecer uma especial atenção e ser pensada à escala nacional será sem dúvida a necessidade de existir

uma “Estratégia Nacional de Educação Patrimonial” e os museus são lugares e plataformas de excelência, para esse objectivo.

1.5-Reformular ou aplicar a Lei-Quadro de Museus?

A importância e abrangência da Lei-Quadro de Museus apontam claramente e impõem a sua efectiva aplicação como a principal prioridade, pondo em evidência a obrigatoriedade dos princípios de: identidade orgânica própria, direcção tecnicamente habilitada e em tempo inteiro, quadro de pessoal e orçamentos próprios.

Seria muito útil e positivo criar um grupo técnico de trabalho (eventualmente na SMUCRI) destinado a fazer um balanço da aplicação da Lei-Quadro e, em resultado dessa reflexão, sugerir modificações para o futuro, uma vez que, apesar de obrigar todos os museus da RPM e não apenas os museus nacionais ao seu cumprimento, muitos museus por todo o País não são definidos como estruturas com personalidade, por direito próprio, mas como lugares por vezes diluídos e anónimos entre serviços e orgânicas

A actual Lei-Quadro (LQMP) não tem sido inteiramente cumprida. Um dos exemplos desse incumprimento têm sido os “Núcleos de Apoio”, sendo explicitamente referido no ponto 5, do artigo 107º da LQMP, como questão prévia que “O Conselho de Museus pronuncia-se sobre os critérios que presidem à instalação de núcleos de apoio”. Ora não tendo ainda sido pronunciado qualquer parecer sobre os referidos critérios, essa é uma situação impeditiva e a ultrapassar através de uma proposta de agendamento e aprovação, em próximas reuniões da SMUCRI, para cumprir o estipulado na referida LQMP, na qual igualmente no ponto 2, do seu artigo 107º se refere que:

“Os núcleos de apoio a museus serão instalados em museus nacionais e em outros museus da Rede Portuguesa de Museus, que se destaquem

pela qualidade dos serviços prestados em determinadas áreas disciplinares e temáticas”.

Será assim oportuno e urgente propor o início de uma reflexão estratégica mais aprofundada desta situação, prevendo-se uma consulta e/ou auscultação prévia dos museus, das suas reais capacidades e necessidades para, a partir daí, se desenhar o perfil, os meios e as formas de financiamento e atuação dos Núcleos de Apoio, a par da referida definição dos seus critérios, instalação e distribuição geográfica.

2-Museus Nacionais

2.1-O que é um museu nacional, o que os caracteriza singulariza e quais os seus objectivos e obrigações?

Os Museus Nacionais devem ser instituições com colecções singulares, de referência e âmbito territorial nacional, preenchendo cumulativamente algum dos seguintes requisitos:

- a)-Versarem sobre domínios científicos longamente sedimentados e produtores de colecções de museus, isto independentemente da inserção que tenham no Estado central (Arqueologia, Etnologia, Arte Antiga, Arte Contemporânea, Ciências Naturais, etc.);
- b)-Versarem sobre domínios técnicos ou áreas da vida social que a sociedade contemporânea entende dever privilegiar (Música, Teatro e Dança, Traje...);
- c)-Versarem sobre colecções únicas (Coches) ou domínios especialmente característicos da cultura portuguesa (Azulejo). Pode admitir-se acrescentar a estes critérios, o da especial relevância dos acervos, seja qual for a tutela (mesmo privada, como seria o caso do Museu Calouste Gulbenkian). Assim se justifica, e bem, a classificação como nacionais dos Mu-

seus Soares dos Reis, Machado de Castro e Grão Vasco; assim se poderá justificará também o caso do Museu de Évora.

Mas, chegados aqui, entramos na questão da regionalização e dos museus regionais, velho projecto político da Primeira República, que mantém toda a atualidade. Museus como os de Aveiro, Bragança (Abade de Baçal), Castelo Branco ou Beja deveriam ser assim classificados – e as tutelas deveriam idealmente ser Regiões, ou CDDRs, na ausência daquelas.

Aos Museus (nacionais e outros, com reconhecida capacidade humana e técnica) deveriam caber funções de apoio à RPM nas respectivas áreas disciplinares e/ou zonas geográficas. Num eventual quadro regional de extinção das Direções-Regionais de Cultura poder-se-ia pensar em ir mais longe e recuperar a antiga experiência dos “núcleos de apoio”, aos quais eram cometidas funções ainda mais amplas na gestão, que teriam de ser respaldadas na definição clara de responsabilidades, recursos humanos e financeiros.

2.2- Que modelo de organização propõe para um sucessor da DGPC? EPE? Fundação? Com que argumentos?

As funções actualmente atribuídas à DGPC poderiam ser repensadas e ser divididas em pelo menos dois organismos:

- a) Funções normativas (legais e técnicas) e inspecção, numa possível DG de retaguarda; esta DG viveria principalmente com base em verbas do OE;
- b) Funções de apoio à gestão de museus, palácios e monumentos nacionais, num Instituto; este Instituto viverá em parte (desejavelmente a maior parte) com base em receitas próprias do universo das entidades tuteladas. Este segundo organismo poderia revestir a modalidade de Instituto Público ou de Fundação; mais dificilmente a de Empresa, ainda que de capitais exclusivamente públicos. A modalidade Institu-

to parece a mais adequada num quadro de maior autonomia de museus, palácios e monumentos. A modalidade Fundação poderá ser preferível num quadro em que tal autonomia seja mais limitada, seja por opção política seja por constrangimentos operacionais (por exemplo: incapacidade administrativa para adjudicações, etc.).

A gestão de todos os museus e monumentos não classificados como “nacionais” deve ser transferida para as “regiões” ou autarquias mas com base em contratos programa bem definidos, apoiados na LQMP existente elevado sentido de responsabilidade, critérios de sustentabilidade e acompanhamento efectivo e com poderes para exigir o cumprimento do articulado legal onde uma real capacidades de reversibilidade deve ser prevista e acautelada em caso de incumprimento e risco. No século XXI e visando uma efetiva participação das comunidades, cada entidade museológica deveria ter um conselho, à semelhança do que é praticado nas escolas, como garante do envolvimento local.

Uma Direção Geral, que assegure a participação da comunidade cultural, que promova a regulação e a fiscalização dos equipamentos sob sua tutela. Deverá ter um conselho estratégico consultivo que analise numa base regular a evolução das questões dos museus e património (observação e diagnóstico) e defina prioridades para ação, que se traduzam em programas de medidas a concretizar.

2.3-Como manter e aplicar o princípio da solidariedade entre estruturas economicamente sustentáveis e outras mais deficitárias?

Dependendo do modelo de gestão dos museus e equipamentos, este será um princípio garantido nos termos de que tomámos conhecimento e negociámos durante o ano passado, a saber:

- a) Contratualização: planeamento plurianual e compromissos de despesas previsionais, com base no histórico da receita;
- b) Financiamento: consignação da receita do conjunto dos museus, palácios e monumentos exclusivamente a programação e necessidades correntes, com o princípio da solidariedade, equidade e igualdade, quer dizer a transferência das receitas sobranes (porque excedentes dos limites de despesa autorizados) de uns para colmatar os défices de outros;
- c) c) Receita própria: consignação a cada entidade da receita própria gerada, excedente dos valores previsionais.

3-Rede Portuguesa de Museus

3.1- Como motivar uma nova dinâmica de trabalho em rede?

O modelo de organização da RPM tem-se baseado fundamentalmente - após a suspensão do ProMuseus (felizmente reativado no corrente ano) e do Programa de Apoio Técnico, bem como das reuniões gerais anuais - no sistema de credenciação de museus e nos programas de formação, centrada nalgumas temáticas, mas não pode nem deve esgotar outras formas de redes museológicas, antes deverá potenciá-las, apoiá-las e reforçá-las. Seria uma acção altamente pedagógica a creditação não apenas de museus, mas de redes de museus, entre museus RPM e outras redes temáticas e ou geográficas (ex.: RMA-Rede de Museus do Algarve e a Rede Transfronteira de Museus). Um passo certamente mais valorativo de outras realidades portadores de uma visão igualmente inserida na filosofia do conceito de rede.

Considera-se que tem sido extremamente preocupante para os museus portugueses, globalmente compreendidos na sua diversidade de escala,

estatuto e âmbito, o papel pouco motivante e a ausência de dinâmicas que basicamente se têm mantido no inicial desafio “credenciador” e “qualificador”, que o Projecto RPM tem vindo a demonstrar, embora é certo, com ritmos diferenciados no espaço e no tempo. Perderam-se as dinâmicas de visitas dos museus, os projetos colaborativos, a interação, o boletim RPM, enfim o que constituía o espírito da rede.

O que efetivamente tipifica e caracteriza uma articulação em rede são princípios básicos de horizontalidade no relacionamento, no acto de adesão voluntária, na flexibilidade do trabalho dos seus membros, num alto grau de conexão, através de fluxos inter-relacionais e de complementaridade profissional entre os seus membros, na aptidão de congregar os indivíduos, as instituições e as comunidades de uma forma aberta, simplificada, democrática e participativa, em torno de projectos e parcerias comuns.

É também esse papel pedagógico do que representa uma rede que se torna necessário sublinhar e dinamizar.

3.2- Como dar sentido, aplicar e desenvolver o espírito da sua criação?

Equacionar se a RPM deveria ser dirigida pelo Estado ou pelos próprios museus, tendo em conta os antecedentes históricos da sua génese e desenvolvimento, considera-se ser desejável, numa primeira fase, uma estrutura de gestão repartida e equilibrada, entre a continuidade das credenciações a assumir numa perspetiva mais global de estímulo à valorização museológica e uma Estrutura ou Comissão Consultiva, direccionada para as dinâmicas de uma mais pró-ativa gestão e interacção entre museus, na formação e envolvimento dos seus recursos humanos, dos seus projectos, das boas-práticas e parcerias, potenciando a formação de outras possíveis sub-redes de geometria, tipologia e de escala geográfica variável.

Será altamente desejável que uma futura gestão orgânica da RPM seja igualmente assumida e aberta aos próprios museus RPM, sendo para tal imperioso uma profunda e efectiva reformulação dos conceitos e tipologias de enquadramentos jurídico-legais, que subjazem ao próprio modo de funcionamento das entidades museais e suas tutelas em Portugal, pois o actual quadro do nosso sistema de administração e gestão orgânica de museus, não comporta ou prevê ainda tal situação.

Em teoria, para que tal hipótese reunisse alguma viabilidade de concretização, seria necessário que uma considerável reflexão e maturidade em conceitos como descentralização, regionalização, dotação financeira, autonomia de responsabilidades e delegação de competências, tivessem já sido testadas política, económica e culturalmente consolidadas entre nós, no terreno museológico.

Seria desejável o fortalecimento de uma equipa de base que possa corresponder aos objectivos da RPM, onde os museus que a integram participem ativamente das decisões dentro de um modelo colegial e não em pirâmide, facilitando a abertura do Programa ProMuseus a novas valências, assentes numa auscultação directa às reais necessidades e novas realidades. . Um Programa ProMuseus aberto a novas valências e assentes numa auscultação directa às reais necessidades e novas realidades.

Um programa de “Formação RPM” focado no desenvolvimento de novas competências de sensibilização dos profissionais para a variedade e universo de tecnologias emergentes e desafios mais contemporâneos na captação de públicos e diferentes níveis etários.

A exploração de linhas alternativas como a partilha de boas práticas (mas também do erro enquanto aprendizagem), através de encontros informais regulares e descentralizados.

Nos últimos anos, tem havido um aumento de estudos sobre museus e museologia com a produção de mais dissertações de mestrado e doutoramento, mas nota-se que a comunicação desse conhecimento não chega

aos profissionais de museus. A RPM pode ter um papel na promoção de partilha de conhecimento entre a academia e os museus, através da promoção e a troca de informação entre os dois lados, inclusive através do incremento de programas de estágios profissionais, igualmente contemplados na LQMP e nunca implementados.

Ainda decorrente do ponto anterior seria fundamental que a RPM tivesse uma boa estratégia de comunicação:

- 1) promover a disseminação do trabalho desenvolvido pelos museus da RPM;
- 2) promover a partilha de boas práticas (entre museus da RPM, mas não só);
- 3) promover o conhecimento sobre os avanços e desenvolvimentos da museologia no quadro nacional e internacional.

Para efetivar uma boa estratégia de comunicação vários recursos poderiam ser adoptados: página web com informação actualizada, um boletim regular, newsletter, redes sociais, entre outros, atendendo às potencialidades de cada canal e com o recurso a profissionais qualificados para o fazer.

Conforme expresso no artigo 2º dos seus Estatutos:

“O ICOM Portugal é uma organização não-governamental que representa os interesses profissionais dos seus membros, promove a comunicação entre estes e o ICOM, assegura a representação dos interesses do ICOM em Portugal e contribui para a realização de programas que visem o melhor conhecimento e utilização dos museus.”

A sua direcção está assim particularmente vocacionada para promover e participar de discussões que promovam os museus e os seus profissionais, potenciem os seus recursos e alimentem um desejável diálogo com a sociedade em geral e as tutelas institucionais em particular.

Em Foco

O Estudo dos Públicos dos Museus Nacionais

José Soares Neves

(ISCTE-IUL, CIES-IUL, OPAC)

Teresa Mourão

(DGPC/DMCC)



O Estudo de Públicos de Museus Nacionais (EPMN), promovido pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), vem sendo concretizado desde 2014 tendo como parceiro científico o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) e o apoio mecenático da Fundação Millennium bcp e da ONI.

Os objetivos do estudo são a produção de informação atualizada e fiável sobre os públicos, para o conjunto e para cada um dos museus da DGPC, num leque alargado de dimensões que inclui os perfis sociais e de práticas culturais, a relação com o museu participante e com os museus em geral, a gratuitidade da entrada, as expectativas, as avaliações e as sugestões decorrentes da visita. Visa também, por esta via, promover o conhecimento e a procura de novas respostas para os desafios que os públicos vêm colocando a muitas instituições museais numa fase particular de crescimento de visitantes decorrente do forte impacto do turismo, entre elas os museus nacionais com tutela da DGPC (Neves, 2018).

No estudo participaram catorze museus, todos tutelados pela DGPC, localizados em três regiões do continente: Área Metropolitana de Lisboa

(dez museus, todos situados no concelho de Lisboa), Norte (um, no concelho do Porto – o MNSR) e Centro (três, em outros tantos concelhos, Viseu, Condeixa e Coimbra). Do ponto de vista das coleções os museus que integram o estudo são de diversos tipos com predominância para os de arte (sete), arqueologia (dois), especializados (três), etnologia e antropologia (um) e mistos e pluridisciplinares (um). Os museus são os seguintes: Museu Nacional de Soares dos Reis (Porto); Museu Nacional Grão Vasco (Viseu); Museu Nacional de Machado de Castro (Coimbra); Museu Monográfico de Conimbriga – Museu Nacional (Condeixa); Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, Museu Nacional de Arqueologia, Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado, Museu Nacional do Azulejo, Museu Nacional dos Coches, Museu Nacional de Etnologia, Museu Nacional da Música, Museu Nacional do Teatro e da Dança, Museu Nacional do Traje (Lisboa).



Museu Nacional de Machado Castro, créditos: © DGPC/MNMC

Trata-se de um estudo pioneiro em Portugal de vários pontos de vista: pelo número de museus participantes, pela perspetiva comparativa (num duplo sentido: de cada museu com os resultados globais; e entre museus) e pela duração da observação (12 meses). Em vários dos museus participantes será – quer pela estratégia metodológica adotada, quer pela ausência de estudos de públicos anteriores - o primeiro alguma vez realizado e publicado.

A principal componente do EPMN é o inquérito extensivo por questionário aos públicos efetivos, com 15 e mais anos e que visitaram pelo menos uma vez o museu, tendo como vertente primordial da visita as suas exposições. Embora recorra aos dados disponíveis nas estatísticas de visitantes, que a DGPC trata e difunde com regularidade desde 1994, não é esta a fonte utilizada na caracterização dos públicos. Deste ponto de vista, públicos e visitantes não designam a mesma realidade.

De facto, estudos de públicos e estatísticas de visitantes constituem dois dos três vértices dos sistemas de informação estatística sobre os frequentadores dos museus (Donnat, 1994; Bollo et al., 2012). O terceiro vértice são os inquéritos à população sobre participação, práticas ou consumos culturais, comuns em muitos países como principal instrumento de aferição da relação das populações com as instituições e as atividades culturais e de que, diga-se, Portugal não dispõe. Tende-se, por isso, a sobrevalorizar os inquéritos do Eurobarómetro, limitados quanto à análise no plano nacional, mas com a vantagem da comparação interpaíses à escala europeia. O mais recente, incidindo justamente na relação dos europeus com o património cultural, foi publicado no fim de 2017 (Eurobarómetro, 2017) e confirma características como os perfis qualificados dos frequentadores culturais, dos museus em particular, e os baixos níveis de práticas de visita a museus ou galerias da população portuguesa.

O EPMN, cujo trabalho de campo decorreu em 2014/2015, insere-se, pois, numa linha de investigação sobre públicos dos museus, que a Lei-

Quadro dos Museus Portugueses refere explicitamente no art.º 75, com a especificidade de serem museus nacionais (Bounia et al., 2012), com tutela do organismo responsável pelas políticas museológicas. Trata-se de uma linha de pesquisa que outros países têm desde há algum tempo em curso, entre eles Itália (Solima, 2012), Espanha (AAVV, 2011) no âmbito do seu Laboratório Permanente de Público de Museus (López, 2010) e Dinamarca (Jensen e Lundgaard, 2013). É uma perspetiva a que os países de uma das organizações em que Portugal se insere – a Organização dos Estados Ibero-americanos – vem prestando crescente atenção no âmbito do Observatório Ibero-americano de Museus do programa Ibermuseus (OIM/Ibermuseus, 2015).

Uma das vertentes analíticas do EPMN é quantitativa. Mas o estudo inclui uma outra, qualitativa, que decorre das opiniões e sugestões expressas pelos públicos como reflexo da experiência de visita ao museu. A análise das respostas obtidas, em grande número e que foi possível classificar num leque alargado de temáticas, visa facilitar a integração das experiências dos visitantes – utilizando os seus próprios discursos e reflexões numa perspetiva construtiva - nos processos de tomada de decisão de modo a, também nesta ótica, contribuir para aproximar as instituições dos públicos (Wells, Butler e Koke, 2013), considerando que os visitantes se devem fazer ouvir no sentido de influenciar as políticas e a gestão dos museus (Kirchberg, 2007; Weil, 2007[2003]). Isto tendo em conta, como atrás referido, o forte aumento, recente, mas continuado, dos fluxos turísticos para Portugal e o seu impacto positivo no número de visitantes, e também os efeitos prolongados do contexto de crise no País (Garcia et al., 2018) e dos constrangimentos de vária ordem que os museus nacionais vêm enfrentando.

Do estudo resultou um acervo muito significativo de dados, quantitativos e qualitativos, que incluem os contextos institucionais e organizativos, os serviços e atividades dos museus participantes direcionados às suas procuras e aos seus públicos.

A partir da informação recolhida foram já publicados¹ alguns dos principais resultados globais (DGPC e CIES-IUL, 2016; Neves e Mourão, 2016) e os resultados detalhados, numa lógica analítica comparativa com os resultados globais, do Museu Nacional do Azulejo (Neves et al., 2018), do Museu Nacional de Machado de Castro (Neves et al., 2018a), do Museu Nacional de Arqueologia (Neves et al., 2018b), do Museu Nacional de Soares dos Reis (Neves et al., 2018c) e do Museu Nacional de Arte Antiga (Neves et al., 2018d). Durante o ano de 2019 serão publicados os resultados dos restantes nove museus participantes do estudo: Museu Nacional Grão Vasco, Museu Nacional do Teatro e da Dança, Museu Nacional de Etnologia, Museu Nacional dos Coches, Museu Nacional do Traje, Museu Nacional da Música, Museu Nacional de Arte Contemporânea-Museu do Chiado, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves e Museu Monográfico de Conimbriga-Museu Nacional.

É, ainda, suposto que os dados recolhidos sirvam de suporte empírico a outras abordagens, seja numa perspetiva académica (apoiando a realização de dissertações, teses e outros trabalhos) ou de disseminação em congressos e artigos, seja na perspetiva de articulação entre a investigação e a definição e implementação de políticas culturais, por um lado, e a gestão dos museus participantes, por outro. Isso mesmo está entre os fundamentos da parceria DGPC/CIES-IUL que viabilizou a realização do estudo e das equipas que nele estiveram, e estão, envolvidas. AAVV (2011), *Conociendo a nuestros visitantes. Estudio de público en museos del Ministerio de Cultura, Madrid, MC/SGT.*

¹ Os resultados globais e por museu do Estudo de Públicos de Museus Nacionais estão disponíveis no sítio da DGPC na Internet <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/estudos-de-publicos/>.

Referências Bibliográficas:

- Bollo, Alessandro, Luca Dal Pozzolo, Elena di Federico e Christopher Gordon (2012), *Measuring Cultural Participation*, Montreal, UIS.
- Bounia, Alexandra, Alexandra Nikiforidou, Niki Nikonanou e Albert Dicran Matossian (2012), *Voices from the Museum: Survey research in Europe's National museums*, Linköping Linköping University Electronic Press, 209 pp.
- DGPC e CIES-IUL (2016), *Resultados globais do Estudo de Públicos de Museus Nacionais*, Lisboa, DGPC.
- Donnat, Olivier (1994), "Qui fréquente les musées ?", *La Lettre de L'OCIM. Musée, Patrimoine et Culture Scientifiques et Techniques*, 35(4), pp. 16-23.
- Eurobarómetro (2017), *Cultural Heritage. Special Eurobarometer 466*, Bruxelas, Comissão Europeia, 125 pp.
- Garcia, José Luís, João Teixeira Lopes, Teresa Duarte Martinho, José Soares Neves, Rui Telmo Gomes e Vera Borges (2018), "Mapping cultural policy in Portugal. From incentive to crisis", *International Journal of Cultural Policy*, 24(5), pp. 577-593.
- Jensen, Jacob Thorek e Ilda Brændholt Lundgaard (2013), *User Survey 2012*, Copenhaga, Danish Agency for Culture.
- Kirchberg, Volker (2007), "Thinking about "Scenes": A New View of Visitors' Influence on Museums", *Curator*, 50(2), pp. 239-254.
- López, Virginia Garde (2010), "El Laboratorio Permanente de Público de Museos: un proyecto de investigación, una herramienta de gestión" em Semedo, Alice e Elisa Noronha Nascimento (coords.), *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola (Vol. I)*, Porto, Universidade do Porto / Faculdade de Letras / Biblioteca Digital, pp. 61-67.
- Neves, José Soares (2018), "Os turistas estrangeiros nos museus nacionais", *Revista de Museus*, 1, pp. 84-91.

Neves, José Soares (coord.), Caterina Foà, Jorge Santos, Maria João Lima, Teresa Moura Pereira e Margarida Schiappa (2018), Estudo de Públicos de Museus Nacionais - Públicos do Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, DGPC.

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication_pdfs/MNAz_REPORT_052018.pdf

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication_pdfs/EPMN_MNAz_052018.pdf

Neves, José Soares (coord.), Jorge Santos, Maria João Lima e Teresa Moura Pereira (2018b), Estudo de Públicos de Museus Nacionais - Públicos do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, DGPC.

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication_pdfs/MNA_REPORT_112018.pdf

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication_pdfs/EPMN_MNA_102018.pdf

Neves, José Soares (coord.), Jorge Santos, Maria João Lima, Teresa Moura Pereira e Caterina Foà (2018a), Estudo de Públicos de Museus Nacionais - Públicos do Museu Nacional de Machado de Castro, Lisboa, DGPC.

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication_pdfs/MNMC_REPORT_092018.pdf

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication_pdfs/EPMN_MNMC_092018_i3ao9qM.pdf

Neves, José Soares (coord.), Maria João Lima, Jorge Santos e Teresa Moura Pereira (2018c), Estudo de Públicos de Museus Nacionais - Públicos do Museu Nacional de Soares dos Reis, Lisboa, DGPC.

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication_pdfs/MNSR_REPORT_112018.pdf

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication_pdfs/EPMN_MNSR_102018.pdf

Neves, José Soares (coord.), Teresa Moura Pereira, Jorge Santos e Maria João Lima (2018d), Estudo de Públicos de Museus Nacionais - Públicos do Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, DGPC.

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication_pdfs/MNAA_REPORT_122018.pdf; http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publication_pdfs/EPMN_MNAA_122018.pdf

Neves, José Soares e Teresa Mourão (2016), "O estudo de públicos nos museus nacionais", Revista Património, 4, pp. 140-144.

OIM/Ibermuseum (2015), Estudos de Públicos de Museus na Ibero-América, Madrid, Ibermuseum e MECD/SGT, 412 pp.

Solima, Ludovico (2012), Il Museo in Ascolto. Nuove Strategie di Comunicazione per i Musei Statali, Roma, Rubbettino.

Weil, Stephen E. (2007[2003]), "Beyond big and awesome: outcome based evaluation" em Sandell, Richard e Robert R. Janes (eds), Museum Management and Marketing, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 214-223.

Wells, Marcella, Barbara Butler e Judith Koke (2013), Interpretive Planning for Museums: Integrating Visitor Perspectives in Decision Making, Walnut Creek, Left Coast Press.

Em Foco

“Endangered Heritage: Emergency Evacuation of Heritage Collections”, um manual UNESCO/ICCROM

Isabel Raposo Magalhães, Museu Nacional dos Coches



1 – Introdução

Durante as últimas décadas, milhares de catástrofes (desastres naturais e antrópicos) semearam morte, destruição e prejuízos incalculáveis.

Não é por acaso que a UNISDR (United Nations Office for Disaster Risk Reduction) tem vindo a alertar para a redução de riscos, um problema

(premente) que requer a participação e o empenho de governos, organizações da sociedade civil e de redes de profissionais.

A redução de riscos e vulnerabilidades, a criação de plataformas nacionais, a produção de legislação específica e o desenvolvimento de uma cultura de resiliência foram considerados eixos estratégicos a implementar, assentes no conhecimento científico (identificar, avaliar, monitorizar os riscos), na optimização de sistemas de detecção e alerta precoce e no reforço de programas de emergência e de resposta efectiva.

É preciso ter consciência de que a paleta tradicional dos riscos que incidem sobre os bens culturais (sismos, inundações, incêndios, guerras, roubos...) tem vindo progressivamente a ser amplificada.

O facto é que as alterações climáticas (1) - consideradas pela UNESCO como um dos riscos mais significativos para o Património Mundial - aliadas à ocupação desordenada do território (agravando vulnerabilidades) projectam para o futuro um panorama preocupante: tempestades inesperadas e violentas, incêndios, chuvas torrenciais, deslizamentos de terrenos, picos de calor e de poluição. Há muito que as inundações se tornaram uma realidade anual fustigando bibliotecas, arquivos, museus e os centros históricos de muitas cidades!

Por outro lado, se bem que sempre tenham existido situações de vandalismo e saque/roubo de obras de arte, os recentes ataques aos Museus Bardo e de Mossul, a devastação do Património Mundial, no Afeganistão, Iraque ou na Síria, prefiguram uma nova realidade: a destruição intencional e, por vezes, mediática de testemunhos de história, de memória e de identidade, numa escalada de terrorismo que alastrou às cidades europeias. Ameaçando monumentos e museus, obrigando-os a implementar medidas de segurança acrescida e por vezes ao seu encerramento.

2 – Cultura de gestão de riscos

As instituições detentoras de acervos e colecções têm, pois, de investir em políticas de prevenção e gestão de desastres sustentáveis, que assentam na cooperação técnica, na investigação, na formação, no treino de profissionais e voluntários, na divulgação e no envolvimento público para a salvaguarda do Património.

Nos anos 50, a UNESCO, consciente da necessidade de reconstruir uma Europa devastada pela guerra e de promover o estudo e conservação do Património Cultural, impulsionou a criação do ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property).

Uma organização intergovernamental, com sede em Roma, que conta à data 136 estados membros, entre os quais Portugal (desde 1967).

Com o apoio da sua vasta rede de parcerias, o ICCROM viria a assumir um papel fulcral na definição de regras e normas para a prevenção e conservação, a análise e gestão de riscos, a implementação de programas de formação e a produção de publicações, muitas disponíveis “on line”.

Paralelamente, após a catastrófica inundação de Florença em 1966, foi-se radicando a consciência de que museus, bibliotecas e arquivos deveriam estar preparados para responder a situações de crise.

Cientistas como Michalski, Ashley Smith ou Robert Waller, iniciaram uma abordagem sistemática propondo a implementação de uma cultura de análise e gestão de riscos.

Os dez tipos de riscos que identificaram podem dividir-se “grosso modo” em duas “grandes categorias”: os que entram no âmbito da conservação preventiva que, no fundo, se conseguem controlar implementando um conjunto de boas practicas de gestão das colecções.

E “os outros”, menos frequentes, mas de efeitos por vezes devastadores: sismos, incêndios, inundações...São os que obrigam a desenvolver mecanismos (os planos de segurança) de prevenção e resposta adequada a situações de crise e de emergência e investir em boas prácticas de actua-

ção que se adquirem com as “lições aprendidas” e os registos de informação de situações passadas.

Esses planos devem contemplar três momentos fundamentais:

- o antes (avaliação de riscos e prevenção, reforçada nas áreas potencialmente perigosas como laboratórios e oficinas de conservação e restauro): equipa; plano; mitigação e critérios de prioridade do património móvel; procedimentos de evacuação; sistemas de alerta; exercícios de simulação; locais de armazenamento alternativo temporário seguros.
- o durante: os procedimentos de intervenção de emergência para salvar pessoas e bens; coordenação com as autoridades de protecção civil; controle dos riscos específicos associados (roubos, estragos causados pela água nos incêndios...); a comunicação.
- o depois (avaliação dos estragos e recuperação): tratamento, restauro; cooperação e voluntariado

Para prever, prevenir e actuar eficazmente é necessário estudar, em termos históricos, a frequência, a tipologia, as características e os efeitos dos incidentes que afectam os bens culturais. Porque os riscos naturais são, muitas vezes, recorrentes, se os analisarmos no tempo longo da História.

E há situações de risco que se repetem inexoravelmente: a maior parte dos incêndios em museus e monumentos surgem na sequência de obras ou em alterações impostas aquando da realização de exposições temporárias. Derivam, ainda, de um conjunto de factores: cargas térmicas excessivas, instalações eléctricas inadequadas, inexistência ou deficiente equipamento de detecção e combate. Aliadas à incúria e à incipiente, ou mesmo inexistente, cultura de gestão de riscos e de investimento em prevenção.

3 – Memória dos incidentes e as “lições da História”

Olhando para trás à procura da memória das coisas, é longa a “quota parte” de desastres que afectaram o Património nacional: os sismos de Lisboa e Angra (e, na evocação da memória do sismo de 1969, os especialistas interrogam-se sobre o grau de preparação das nossas cidades); incêndios em edifícios como o Terreiro do Paço (1914) ou os Paços do Concelho (1996), ironicamente os símbolos do poder nacional e regional. A maioria dos teatros históricos: S. Luís (1914); Avenida (1967); Coliseu do Porto (1966), D. Maria (1964), um Monumento Nacional.

Igrejas como as de S. Domingos (1959) e do Lorvão (1970), também elas monumentos nacionais.

Os incêndios não pouparam os Palácios Foz (1929), de Queluz (1934), Ajuda (1974), Palhavã (1975). E as colecções do Museu de História Natural (1978) ou da Galeria de Arte Moderna de Belém (1981), onde a perda patrimonial não foi maior graças a José Luís Porfírio que, três anos antes, tinha alertado para o perigo que corriam. As obras mais significativas foram guardadas noutra local. No entanto, centenas de desenhos que iriam integrar a II Exposição Internacional do Modernismo Português perderam-se irremediavelmente.

No que diz respeito a inundações, o episódio mais trágico deu-se em 1967. As cheias trouxeram morte e devastação e tiveram um tremendo impacto nas colecções do Museu Gulbenkian. Preciosos manuscritos e desenhos ficaram imersos em água e lama e numerosas pinturas sofreram danos consideráveis. A resposta

foi imediata. A Fundação montou uma operação de resgate e recuperação, recorrendo a alguns dos especialistas que estiveram em Florença



(1966). Nesse âmbito, promoveu a primeira formação de profissionais na área de conservação de documentos gráficos e a criação de um gabinete de restauro. No que diz respeito às pinturas mais de meia centena (entre as quais obras de Guardi, Corot, Manet, de Vos, etc) foi restaurada no Instituto José de Figueiredo.

Os fogos florestais são um verdadeiro flagelo nacional. Há muito que se discutem causas, criam comissões técnicas e multiplicam relatórios. E, nada consegue justificar o sentimento de angústia, desespero e de inexplicável impotência perante a destruição e perdas irremediáveis do Património Nacional: móvel, imóvel (sem esquecer os sítios arqueológicos, especialmente vulneráveis) e paisagístico.

O grande incêndio que deflagrou na zona histórica do Chiado em 1988 obrigou, por questões de precaução, à evacuação de emergência do Museu. Levada a cabo pelos seus funcionários, com o apoio de técnicos de outros museus, nomeadamente o Museu Nacional de Arte Antiga. Um esforço notável, atendendo a que não havia manuais ou diretrizes a seguir, preparação prévia de locais de depósito alternativo ou embalagens pensadas para acondicionar, rápida e facilmente, as peças.

Por isso é tão importante aprender com as lições da História.

A cidade de Paris desde a catastrófica inundação de 1910, quando o Sena atingiu a marca recorde dos 8,60m, começou a preparar-se para a nova cheia do século, prevendo espaços de reservas alternativas para os museus à beira do rio e implementando planos contra inundações.

O Plano contra inundações do Museu do Louvre implicou o inventário das obras em risco, a instalação de bombas de extracção, a formação de equipas de profissionais e exercícios de simulação de forma a poderem rapidamente evacuar as zonas inundáveis.

O que viria a acontecer em Junho de 2016 quando a alarmante subida das águas do rio obrigou à maior operação de evacuação desde a Segunda Guerra. Em dois dias moveram mais de 35 mil peças das zonas inundá-

veis para os pisos superiores. O que demonstra um notável trabalho de preparação e de organização.

Foi apresentado em Lisboa por Anne de Wallens, num congresso internacional sobre Riscos e Património Cultural que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, a 4 e 5 de Novembro de 2016 (2).

Curiosamente, o último exercício de simulação tinha ocorrido três meses antes de ter de encerrar, tal como os museus d'Orsay e Branly para evacuarem as reservas.

4 - O manual da UNESCO/ICCROM

É neste contexto e com base numa vasta experiência no terreno que o ICCROM, a pedido da UNESCO desenvolveu o manual “Endangered Heritage: Emergency Evacuation of Heritage Collections”. Trata-se de uma das componentes do seu programa de formação para a salvaguarda de Património Cultural em situação de crise

“First Aid to Cultural Heritage in Times of Crisis”. O manual fornece conselhos, passo a passo, para a evacuação de bens culturais móveis em condições extremas.

Foi pensado para ajudar comunidades e organizações de forma a evitar a destruição e o roubo de bens culturais, melhorando a sua capacidade de resposta.

Mas, face a situações de risco extremo é importante, também para os profissionais, poderem ter acesso a planos estruturados de emergência e evacuação, práticos e exequíveis.

No entanto, a decisão de evacuar uma colecção, de um museu, biblioteca, arquivo ou de um sítio arqueológico, é uma decisão limite, que só deve ser tomada depois de cuidadosamente pensada e planeada. Uma evacuação apressada pode vir a expor os bens culturais a perigos novos e ines-

perados. Nomeadamente quanto às condições de acolhimento dos locais de recuo previsto, aos riscos durante o manuseamento e transporte.

A pedido do ICCROM, para que fosse possível viabilizar a tradução deste manual para a língua portuguesa, o Grupo de Amigos do Museu Nacional dos Coches, em parceria com as comissões nacionais do ICOM e do ICOMOS, decidiram assumir esta tarefa. Um projecto que nos pareceu da maior relevância e utilidade para todo o universo de países lusófonos. A tradução ficou a cargo do Luís Ramos Pinto, com revisão científica de Xavier Romão, professor da Faculdade de Engenharia da Universidade de Lisboa, um dos especialistas do comité de riscos do ICOMOS, presente em inúmeras missões internacionais de resposta e recuperação de Património depois de desastres e catástrofes, organizadas pelo ICCROM com o Smithsonian Institution, o Blueshield e outras organizações.

O manual ficará disponível nos sites da UNESCO e do ICCROM e, a nível nacional, nos do ICOM e ICOMOS.

5 – Algumas reflexões e os novos riscos

No ano passado assistimos incrédulos ao catastrófico incêndio do Museu Nacional do Brasil, onde se perderam milhares de obras de arte, de colecções científicas, e se desvaneceu o testemunho de muitas décadas de estudo e investigação.

Face aos perigos e ameaças, às fragilidades e vulnerabilidades que ameaçam o Património, os inventários (e inerente documentação fotográfica) são, cada vez mais, instrumentos fundamentais numa política de salvaguarda e preservação.

Indispensáveis numa situação de evacuação, permitem, em caso de perda, perpetuar a memória de uma realidade desvanecida. A imagem é, no fundo, a derradeira forma de conservação do Património ao permitir-lhe

sobreviver para além da sua própria existência física e atingir essa utopia da eternidade, perseguida por todos nós, os técnicos do Património. (3)

Vivemos numa sociedade cada vez mais urbanizada onde os riscos se foram multiplicando: a crescente poluição, a explosão do turismo, uma ameaça ao equilíbrio sustentável dos centros históricos (Veneza é o paradigma de uma cidade à beira da ruptura), mas que coloca também problemas aos museus. As multidões (o Louvre em 2018 atingiu o número inimaginável de 10,2 milhões de visitantes) são dificilmente controláveis ao nível da segurança e fizeram disparar o número de acidentes nos museus.

Por outro lado, os museus enfrentam novos desafios e passam por um período de grandes mudanças ao envolverem-se cada vez mais com os valores, inquietações e causas da sociedade contemporânea. Assim, os riscos se vão tornando surpreendentes e “sofisticando”.

Um fenómeno recente: manifestações contra financiamentos considerados inadequados: em Londres, no British Museum (2010, onde activistas derramaram óleo junto à escultura do Moai), Tate Britain e Modern ou na National Portrait Gallery (2011) multiplicaram-se os protestos contra o mecenato da British Petroleum (levando aliás ao seu cancelamento), desde o desastre ecológico do Golfo do México em 2010. No ano passado foi a vez do Metropolitan, Guggenheim, Tate, e outros recusarem as doações do grupo Sackler.

O politicamente correcto que parece querer dominar a sociedade actual leva a situações complexas. Do processo de devolução de obras de arte roubadas durante a Segunda Guerra evoluiu-se para o regresso aos locais de origem de bens culturais trazidos ilicitamente durante o período colonial, o que coloca, entre outras, questões de conservação, não sendo isento de riscos.

No que diz respeito à arte contemporânea, nem sempre é fácil explicar as suas subtilezas: em 2011, no Museu Bolzano, em Itália, uma instalação

foi destruída porque o pessoal de manutenção a confundiu com lixo de uma festa.

Mas, as obras de arte também podem ser perigosas para o público: foi o que aconteceu em Agosto de 2018 com a obra “The Hole”, de Anish Kapoor, literalmente um buraco, onde um incauto visitante partiu uma perna.

No entanto, no Canadá, os médicos já podem prescrever visitas aos museus como terapia. Mas, em muitos museus esse “wishful thinking” está bem longe da realidade. Nos museus do Vaticano, pelo menos 10 visitantes/dia desmaiam nas filas de entrada para a Capela Sistina...

Apontamentos soltos e dispersos, mas que não deixam de reflectir perigos diversos, para as peças e para os visitantes. E, voltando ao tema dos riscos e evacuação em caso de emergência, há que ter em conta que para além das obras do museu e, sobretudo, antes delas, há que proteger e salvar vidas humanas (público e pessoal dos museus).

O que nos traz, em jeito de conclusão, para a essência da questão: o factor humano. E, talvez um dos maiores riscos para os museus nacionais seja o angustiante envelhecimento e a absurda rarefação de técnicos especializados, que possam dinamizar as suas múltiplas funções (investigação, conservação, restauro, divulgação, transmissão de conhecimentos e de experiências...), entre as quais, nas situações de emergência, a prevenção, a formação, o treino (simulações periódicas), o mecanizar mecanismos de resposta para minorar situações de imprevisto ou de pânico.

Notas

1 - www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev64_Revista_Completa.pdf (pg. 22)

2 - https://drive.google.com/drive/folders/0B6cO1J0ssb_1Sm8tOGI3eDhhck0
(Anne de Wallens)

3 - <http://revista.arp.org.pt/pt/revistas/23.html> (pg. 109-117)

Em Foco

Estudo Perfis sociais e práticas profissionais dos membros do ICOM Portugal: uma apresentação inicial

José Soares Neves

Diretor do OPAC, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, CIES

Jorge Santos

Investigador do OPAC, CIES-Instituto Universitário de Lisboa

Os profissionais que trabalham nos museus desempenham diversas atividades, têm carreiras e percursos multifacetados, qualificações, formações, cargos e pertenças associativas várias, uns mais visíveis, outros mais discretos, mais situados no contexto nacional ou privilegiando as articulações internacionais. Sabemos tudo isso de uma forma individualizada, com base no conhecimento da nossa experiência uma vez que faltam dados que permitam uma caracterização do conjunto dos que trabalham atualmente nos museus portugueses, ou seja, dados que permitam

responder a questões tais como: quem são, onde estão, o que fazem, quais as ocupações profissionais?

São questões que se colocam também quanto aos membros do ICOM Portugal, mas a que se acrescentam, naturalmente, outras mais específicas, tais como: quais as inserções na vida associativa, que avaliações fazem das iniciativas levadas a cabo, que sugestões têm a fazer os membros inscritos nas várias categorias previstas nos estatutos?

A direção do ICOM Portugal considerou que este seria o momento para procurar obter respostas para estas questões de modo a informar a sua ação futura. Para isso convidou o recém-criado Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC)¹ para uma parceria. Aceite desde logo o convite decidimos avançar para a realização de um estudo a que demos o título Perfis sociais e práticas profissionais dos membros do ICOM Portugal. Os objetivos são então dois: para além de informar a ação futura da direção do ICOM Portugal, pretendemos também com este estudo contribuir para o conhecimento do emprego cultural em Portugal a partir de um universo (os membros de uma associação transnacional) e de um domínio (os museus).

As linhas gerais do estudo foram apresentadas no dia 11 de março nas Jornadas da Primavera de 2019. Neste texto retomamos os tópicos centrais do estudo e chamamos a atenção para a importância da participação de todos os membros, respondendo ao questionário que em breve irão receber por email.

Algumas referências de enquadramento

Na identificação das dimensões a estudar partimos do quadro de atuação específico do ICOM Portugal e sua relação com o ICOM Internacional e procurámos possíveis contributos na bibliografia sobre emprego cultu-

¹ A apresentação do OPAC está disponível no sítio <https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/>.

ral, profissionais e associações profissionais de museus, de diversas áreas disciplinares, designadamente a Museologia, a Sociologia e a Economia da cultura, e em diversos países.

Numa brevíssima abordagem inicial, da bibliografia consultada resulta a identificação de problemas relevantes para o presente estudo, em que se destacam, de uma forma mais geral, a caracterização dos perfis sociais dos profissionais de museus, o quadro de referência das profissões existentes e as novas competências profissionais, na era digital; ou mais específica, a problemática em torno do profissionalismo versus gestão do museu, as competências e a formação dos “conservadores”, as credenciais académicas e o estatuto social (apenas dos diretores dos museus de arte), as questões de género, mas também ao nível das diferenças salariais entre os diretores de museus.

Entre as várias abordagens sobre os diretores dos museus de arte, Paul DiMaggio (1994) sustenta, no contexto dos Estados Unidos da América a propósito do “profissionalismo”, que são cinco as suas características formais: i) formação avançada e conjunto normalizado de credenciais; ii) carreira comprometida com a prática profissional; iii) participação em atividades profissionais fora da instituição de acolhimento, incluindo associações profissionais ou quase-profissionais; iv) controlo por pares, adesão a um código de ética profissional; e v) autoridade baseada na competência e não no status, na riqueza ou na influência política.

As questões do emprego cultural (Greffé, 1999; Neves, 2006) – uma noção que cruza sectores de atividade e ocupações, culturais e não culturais (Bina et al., 2012: 141) - e do emprego no sector dos museus em particular têm merecido atenção acrescida desde o início dos anos noventa do século passado nas políticas culturais da União Europeia. No sector dos museus, um dos exemplos é a obra coordenada por Dellai e Marzatico (1996) no quadro do projeto “NEMUS – Propostas para o emprego no sector dos museus na União Europeia” e em que, aliás, colaboraram vários colegas portugueses. Outro exemplo relevante para o presente estudo

é a constituição do Referencial Europeu das Profissões Museais, um importante documento elaborado por uma equipa do ICTOP (International Committee for the Training of Personnel) do ICOM- dirigido por Angelika Ruge (2008) em que se descrevem as relações funcionais entre os profissionais do setor.

Em França foram realizados vários inquéritos, designadamente por Sylvie Octobre sobre os “conservadores” com referência às qualificações, às competências e à crescente complexificação das funções que são chamados a desempenhar (Octobre, 1999; 2001). Mais recentemente, Benhamou e Moureau empreenderam um outro inquérito aos conservadores “recém graduados” sob a égide do Instituto Nacional do Património francês para o Observatório do Emprego Cultural (Benhamou e Moureau, 2006).

Nos EUA são conhecidos os relatórios regularmente produzidos pela AAMD - Associação dos Diretores de Museus de Arte com base em estudos sobre temas diversos, incluindo o dos salários (AAMD, 2018).

Embora com focos frequentemente apontados aos conservadores e aos diretores de museus (de arte) sob diversos pontos de vista, emerge, entretanto, uma outra ocupação, a de curador (Costa e Nunes, 2018).

Quanto a Portugal, a nota principal parece ser a escassez de estudos quer sobre emprego cultural quer sobre emprego no sector dos museus (Martinho, 2008; 2012). Entre os trabalhos recenseados por esta autora importa talvez destacar um sobre as representações dos profissionais de museologia (Faria, 2004). Mas há outros contributos recentes, designadamente o inquérito de Santos et al. (2017) sobre os profissionais e os sistemas de informação dos museus em Portugal. Também entre as perspetivas mais atuais estão os resultados do conhecido projeto Mu.SA – Museum Sector Alliance sobre as competências e perfis profissionais nos museus na era digital (projeto em que o ICOM Portugal é parceiro) comparativamente em três países, incluindo Portugal (com a Grécia e a

Itália) (Silvaggi e Pesce, 2018) e especificamente sobre o caso português (Carvalho e Matos, 2018).

Na vertente das estatísticas oficiais estão disponíveis e são relevantes para um enquadramento os dados sobre o pessoal ao serviço nos museus em Portugal através do Inquérito aos Museus (IMUS) e do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2018; INE, 2019).

Metodologia

De acordo com os objetivos traçados, a equipa do OPAC - que tem a coordenação científica do estudo - desenvolveu uma metodologia quantitativa, de inquérito por questionário, autoadministrado (Mironer, Aumausson e Forteau, 2001: 431-432), realizado em computador - web survey - (Bryman, 2012[2001]), através de uma plataforma especializada (Qualtrics) alojada no servidor do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, com convite à participação por email.

Foram definidos pela equipa do OPAC e do ICOM Portugal¹ os principais parâmetros do estudo: o universo a inquirir, o modelo de análise e as perguntas do questionário. Assim, o universo é composto pelos membros individuais (profissionais no ativo, profissionais aposentados e estudantes de acordo com as categorias do ICOM) com a situação regularizada (quotas pagas) no momento da recolha de informação.

O modelo de análise adotado tem duas grandes vertentes (perfis sociais; práticas profissionais) que se subdividem em quatro dimensões (atividades associativas; práticas profissionais; perfis sociais e sugestões e opiniões sobre o ICOM Portugal) e quinze subdimensões como a seguir discriminado.

¹ Equipa: OPAC, José Soares Neves (diretor, coordenação científica), Jorge Santos e Ana Paula Miranda (investigadores); ICOM Portugal, José Aberto Ribeiro (presidente da Direção) e Clara Frayão Camacho (presidente da Assembleia-Geral).

Atividades associativas

- Como membro do ICOM Portugal;
- Nas estruturas do ICOM internacional;
- Noutras associações profissionais (museus, património) nacionais;
- Noutras associações profissionais (museus, património) no estrangeiro;
- Em associações de amigos de museus.
- Práticas profissionais

Profissão;

- Situação na profissão/condição perante o trabalho;
- Atividades em museus;
- Gestão de museus;
- Docência e investigação;
- Formação profissional.

Perfis sociais

- Caracterização sociodemográfica (sexo, idade);
- Escolaridade do próprio;
- Escolaridade dos pais e inserção profissional nos museus.

Sugestões e opiniões sobre o ICOM Portugal.

Sugestões e opiniões.

O questionário e a recolha das respostas

O questionário é composto essencialmente por questões fechadas, ou seja, com perguntas em que as opções de resposta estão pré-definidas e basta selecionar a que mais se adequa, com o intuito de facilitar o seu preenchimento e o subsequente tratamento estatístico. A estas questões, quantitativas, acrescentam-se algumas outras, abertas, para contemplar opções não previamente definidas ou que são mais específicas a cada caso individual, umas, ou mais gerais, outras, cujo método de tratamento e análise é, de todo o modo, qualitativo. O principal exemplo destas últimas é a questão das opiniões e sugestões.

Uma vez definida uma primeira versão do questionário passámos à fase do pré-teste com membros do ICOM exteriores à equipa. Como sabemos esta fase visa verificar se as questões estão a ser interpretadas de acordo com os objetivos traçados e se todas as situações abrangidas pelo inquérito estão a ser contempladas adequadamente. De facto, o pré-teste permite aferir tanto aspetos formais (dimensão do questionário, facilidade do preenchimento na plataforma online, adequação dos termos utilizadas nas várias opções de resposta e tempo necessário para resposta) como de conteúdo (pertinência das questões e entendimento do seu sentido e sua compreensão).

Foram realizados 10 pré-testes. Os entrevistados foram selecionados de acordo com critérios de diversidade da atividade associativa e profissional.

O preenchimento é feito, como referimos anteriormente, numa plataforma especializada online. O convite à participação no estudo é feito por mensagem de correio eletrónico enviado pelo OPAC aos membros elegíveis. No email de convite, para além de uma síntese do estudo, é referido o período destinado à recolha das respostas, o link

para o questionário e os contactos da equipa do OPAC para tirar qualquer dúvida que surja e prestar os esclarecimentos considerados necessários.

O endereço utilizado para enviarmos o convite à participação é, naturalmente, o que está registado no ICOM Portugal. Trata-se de uma questão sensível de vários pontos de vista e a que estamos atentos. Estes aspetos podem ser de pelo menos dois tipos: (i) os que têm que ver com a reserva dos dados pessoais utilizados e dependem da equipa do estudo; (ii) e os que têm que ver com os problemas associados à desatualização dos endereços e aos sistemas de filtragem de mensagens e que dependem dos inquiridos.

Quanto ao primeiro tipo são várias as questões que se levantam:

- Em primeiro lugar, a questão da reserva dos dados: os endereços serão utilizados exclusivamente no âmbito deste estudo;
- Em segundo, a questão da ética na investigação: cada inquirido terá a possibilidade de recusar responder e solicitar que o seu endereço seja retirado do universo (através da opção OptOut);
- E em terceiro, a questão do tratamento da informação recolhida: todas as respostas são confidenciais, todos os resultados serão tratados estatisticamente (ou com análise de conteúdo) e divulgados de forma agregada e anónima.

Quanto ao segundo tipo, solicitamos que cada membro:

- Atualize o seu endereço de email caso o anteriormente utilizado já não esteja ativo;
- Verifique com regularidade a sua caixa de spam (com as mensagens de correio eletrónico recusadas pelo programa informático);
- Solicite o reenvio do convite à participação, caso não receba a mensagem após o início da aplicação, através do endereço opac.cies@isc-te-iul.pt.

Em síntese

Na sequência da nossa comunicação nas recentes Jornadas da Primavera 2019, promovidas pelo ICOM Portugal, fizemos aqui uma breve apresentação do estudo - objetivos, algumas das referências iniciais, modelo de análise, metodologia adotada e problemas que se colocam na utilização do inquérito por questionário online, procurando, para cada problema, explicitar qual a solução encontrada.

Terminamos reforçando o nosso apelo à participação de todos os membros do ICOM Portugal. Só com a sua participação será possível corresponder ao desafio de dotar os corpos sociais da Comissão Nacional do ICOM de elementos que permitam informar a sua ação futura e, ao mesmo tempo, contribuir para colmatar uma lacuna persistente – o conhecimento dos profissionais dos museus.

Referências

AAMD (2018), Association of Art Museum Directors 2018 Salary Survey, Association of Art Museum Directors.

Benhamou, Françoise e Nathalie Moureau (2006), "Les « nouveaux conservateurs » Enquête auprès des conservateurs formés par l'Institut national du patrimoine (promotions 1991 à 2003)", Les Notes de L'Observatoire de L'Emploi Culturel, 46.

Bina, Vladimir et al., (2012), ESSnet-Culture Final Report, Luxemburgo, ESSnet Culture e Eurostat, 556 pp.

Bryman, Alan (2012[2001]), Social Research Methods 4th edition, Oxford, Oxford University Press.

Carvalho, Ana e Alexandre Matos (2018), "Museum Professionals in a Digital World: Insights from a Case Study in Portugal", *Museum International*, 70(1-2), pp. 36-47.

Costa, Luciana Ferreira da e Maria de Fátima Nunes (2018), "Museu e Coletivo de Poder: por uma interseção possível entre conceitos de Ludwik Fleck e Pierre Bourdieu", *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, 8(1), pp. 236-248.

Dellai, Lorenzo e Franco Marzatico (orgs.) (1996), *Propositions pour l'emploi dans le secteur des musées dans l'Union Européenne. Nemois recherche-action nouvelles possibilités d'emplois liées à l'innovation de gestion et d'organisation des musées*, Trento, SEU.

DiMaggio, Paul (1994), "The American art director as professional: results of a survey" em Kavanagh, Gaynor (ed.), *Museum Provision and Professionalism*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 149-158.

Faria, Margarida Lima de (2004), "O 'campo' dos profissionais de museologia em Portugal. Identidades e representações de si mesmo", *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção – Atelier: Artes e Culturas*, APS, Lisboa.

Grefe, Xavier (1999), *L'Emploi Culturel à l'Age du Numérique*, Paris, Anthropos.

INE (2018), *Estatísticas da Cultura 2017*, Lisboa, INE.

INE (2019), *Estatísticas das Empresas 2017*, Lisboa, INE.

Martinho, Teresa Duarte (2008), "Agentes e profissões culturais. Balanço de um levantamento bibliográfico", *CIES e-Working Paper*, 53/2008, p. 29.

Martinho, Teresa Duarte (2012), "O estudo do trabalho cultural e artístico pela sociologia em Portugal", *VII Congresso Português de Sociologia*, UP-FL-FPCE, 19 a 22 junho, APS, Lisboa.

Mironer, Lucien, Pascal Aumasson e Claude Fourteau (2001), *Cent Musées à la Rencontre du Public*, Cabestany, France Edition.

Neves, José Soares (2006), "Emprego cultural", *Iberografias*, 2, pp. 81-90.

Octobre, Sylvie (1999), "Profession, segments professionnels et identité. L'évolution des conservateurs de musées", *Revue Française de Sociologie*, 40(2), pp. 357-383.

Octobre, Sylvie (2001), "Construction et conflits de la légitimité professionnelle : qualification et compétence des conservateurs de musée", *Sociologie du Travail*, 43, p. 91–109.

Ruge, Angelika (dir.) (2008), *Frame of reference for museum professions in Europe. Preliminary Edition*, ICOM-ICTOP, Berlim.

Santos, Jorge, Conceição Serôdio e Fernanda Ferreira (2017), *Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses*, GT-SIM e BAD, Lisboa, BAD.

Silvaggi, Antonia e Federica Pesce (2018), "Job profiles for museums in the digital era: research conducted in Portugal, Italy and Greece within the Mu.SA project", *ENCATC Journal of Cultural Management & Policy*, 8(1).

Em Foco

Os Profissionais de Museus no Mundo digital: Contributos do Projecto Mu.SA

Ana Carvalho, museóloga

Alexandre Matos, membro da Direção do CIDOC

O mundo digital está para ficar. Não é um tema novo. A sociedade caminha nesse sentido, não restam dúvidas, basta observarmos as tantas mudanças que se vão operando na nossa vida quotidiana enquanto cidadãos e na relação crescente com as ferramentas que nos oferecem as tecnologias digitais. Até certo ponto, a questão que fica em aberto é a imprevisibilidade do seu alcance no futuro.

Sendo hoje tema de reflexão no campo dos museus, a evolução das tecnologias está entre os factores que afectarão a *performance* dos museus no futuro, a par com as alterações demográficas, o incremento da mobilidade, a retracção das políticas públicas, assim como o paradigma da sustentabilidade e da participação (Filipe e Camacho 2018). A necessidade de adaptação dos museus atendendo às transformações sociais, nomeadamente na relação com o mundo digital, é já um dos aspectos integrados em vários estudos com vista a moldar estratégias museológicas nacionais. Esse é o caso de vários documentos, nomeadamente a *Agenda 2026: Study on the Future of the Dutch Museum Sector* (Meijer, Weide e Krabshuis 2010), o *Rapport de la Mission Musées do XXIe Siècle* (Eidelman 2017). Refira-se ainda para o caso do Reino Unido, o relatório *Culture is Digital* (Department for Digital, Culture, Media & Sport 2018), entre outros. Neste contexto subentende-se o potencial das ferramentas digitais não como um fim em si mesmo, mas como um dos meios (potencialmente)

disponíveis para que os museus alcancem a sua missão e objectivos estratégicos.

Perspectivando a possibilidade dos museus incorporarem novas formas de comunicação do mundo digital que estimulem a partilha de conhecimentos sobre as suas colecções (e património) com vista a estabelecer ligações relevantes com os diferentes públicos, a questão que prevalece é como concretizar a transformação digital nos museus e até que ponto. Nesta matéria, um dos aspectos fundamentais para sustentar a adaptação dos museus a este nível consiste na actualização e capacitação dos profissionais de museus em termos de literacia e confiança digital, e no incremento de competências nesta área (Murphy 2014; Carvalho e Matos 2018; Parry et al. 2018). Esta é também a premissa subjacente à criação e desenvolvimento do projecto Mu.SA – *Museum Sector Alliance (2016-2019)*.

Serve este breve artigo para contextualizar o trabalho desenvolvido até ao momento no âmbito do Mu.SA e um resumido balanço acerca dos resultados concretizados, perspectivando ainda as próximas etapas.

Projecto Mu.SA: enquadramento e objectivos

O projecto Mu.SA (575907-EEP-1-2016-1-EL-EPPKA2-SSA) tem por objectivo criar ferramentas educativas com vista ao desenvolvimento das competências digitais dos profissionais de museus, através do ensino à distância, nomeadamente por via de um MOOC (*Massive Open Online Courses*) e de um curso de especialização.

Trata-se de um projecto financiado pela Comissão Europeia através do programa Erasmus + (*Sector Skills Alliance*) e tem por base um consórcio de 11 parceiros com base em três países europeus (Portugal, Grécia e Itália), incluindo uma organização cultural sediada na Bélgica. A coordenação do projecto é da responsabilidade da Hellenic Open University, na Grécia. Em Portugal, o consórcio junta três parceiros: o ICOM

Portugal¹, a Mapa das Ideias e a Universidade do Porto. Globalmente, o consórcio reúne uma variedade de organizações que desenvolvem actividade no sector da cultura, da educação e dos museus.²

O que foi feito: alguns resultados

A primeira fase do projecto consistiu no levantamento das necessidades dos profissionais de museus na área das tecnologias e do mundo digital, identificando perfis emergentes e competências, tendo por base uma análise de três contextos nacionais: Portugal, Grécia e Itália. A mesma metodologia foi seguida nos três países, entre Dezembro de 2016 e Março de 2017, através de vários métodos qualitativos e quantitativos: entrevistas (78 no total)³, três *focus groups*⁴, inquéritos por questionário, além de pesquisa e revisão bibliográfica.

A partir das entrevistas e dos focus groups pretendeu-se compreender de que modo os museus estão a responder aos desafios das tecnologias e do mundo digital nas várias áreas de trabalho (gestão, comunicação, educação, exposição, gestão de colecções e envolvimento de públicos). No caso português a investigação revelou uma experiência muito fragmentada quanto à adaptação dos museus portugueses ao mundo digital e identificou ainda um conjunto de desafios interdependentes a ultrapassar (Carvalho e Matos 2018).⁵ Entre estes, a necessidade de maior capacitação

¹Para o desenvolvimento das actividades atribuídas ao ICOM Portugal no âmbito do projecto Mu.SA colaboram: Alexandre Matos (gestor do projecto), Ana Carvalho (investigadora principal), Manuel Morais Sarmento Pizarro (investigador júnior), Olinda Carvalho (administrativa), entre outras colaborações pontuais.

² O consórcio tem a seguinte composição: Melting Pro Learning (Itália), Link Campus University (Itália), Symbola - Foundation for Italian Qualities (Itália), Institute of Vocational Training - AKMI (Grécia), Istituto per I Beni Artistici Culturali e Naturali della Regione Emilia Romagna (Itália), ICOM Grécia, Culture Action Europe (Bélgica) e da parte de Portugal os parceiros já referidos: ICOM Portugal, Mapa das Ideias e Universidade do Porto.

³ Adicionalmente, foram entrevistados 12 profissionais de reconhecidos museus no panorama internacional, daí resultando a publicação *Museum of the Future: Insights and Reflections from 10 International Museums* (Sturabotti e Surace 2017).

⁴ Em Portugal, o *focus group* decorreu a 22 de Julho de 2017, uma iniciativa organizada pelo ICOM Portugal em parceria com a Mapa das Ideias.

⁵ Para uma análise comparativa dos três estudos de caso consulte-se Silvaggi (2017) e, ainda, Carvalho, Matos e Pizarro (2018).

dos profissionais de museus no domínio das competências digitais, quer por via da formação formal, quer através da formação não formal, ao longo da vida. O desenvolvimento profissional requer, assim, um investimento assertivo e continuado. Por outro lado, identificou-se a necessidade de colmatar lacunas na estrutura organizativa dos museus de forma a apoiar a maturidade e o desenvolvimento digital. Outro desafio centra-se na ausência de recursos financeiros, assim como na necessidade de melhorar as condições técnicas e tecnológicas ao nível das infraestruturas existentes. Globalmente, tal como sugerem as conclusões deste estudo, o desenvolvimento de uma política museológica consentânea com os desafios elencados, a par com lideranças proactivas revela-se fundamental para estabelecer objectivos nesta área e orientações estratégicas. Além disso, acresce uma avaliação monitorizada, quer do esforço necessário, quer dos meios disponíveis, de modo a sustentar maiores desenvolvimentos (Carvalho e Matos 2018).

A investigação visou, ainda, identificar perfis profissionais emergentes, assim como as competências digitais e transferíveis (*hard skills* e *soft skills*)¹ que lhes estão associadas. Neste ponto confrontaram-se os resultados obtidos no projecto *eCultSkills* (2013-2015), projecto que antecedeu o Mu.SA, e que havia mapeado no contexto europeu cinco perfis profissionais emergentes no âmbito do digital para a área da cultura.² O objectivo consistiu em verificar a relevância e a actualidade destes perfis no contexto dos museus, a partir de três estudos de caso: Portugal, Grécia e Itália. Os resultados permitiram aferir quatro perfis profissionais emergentes no sector dos museus, com a seguinte ordem de prioridade: “Gestor da Estratégia Digital”; “Curador de Coleções Digitais”; “Promo-

¹ Tomando como referência a definição apresentada pelo Dicionário *online* da Cambridge, por competências transferíveis referimo-nos àquelas competências que são transversais a diferentes profissões ou carreiras. As competências transferíveis podem ser agrupadas em *soft skills* e *hard skills*. As *soft skills* dizem respeito a competências comportamentais de um profissional. Por exemplo, a liderança é considerada uma *soft skill*, assim como a comunicação e o pensamento criativo. As *hard skills* estão mais ligadas a competências de ordem técnica. Por exemplo, a proficiência na utilização de uma aplicação do MS Office pode ser apontada como uma *hard skill*. Todavia, no contexto do projecto Mu.SA, a análise relativamente às competências transferíveis dirigiu-se sobretudo às *soft skills*.

² “Consultor Cultural para as TIC”; “Guia Cultural de TIC”; “Gestor de Activos Culturais Digitais”; “Gestor de Experiência Cultural Interactiva”; e “Gestor de Comunidade Cultural *Online*”.

tor de Experiências Digitais Interactivas”; e “Gestor de Comunidades *Online*”. A cada perfil está associada uma descrição em termos da sua abrangência, incumbências e responsabilidades, assim como os requisitos (qualificações académicas, conhecimento, competências digitais e transferíveis (*soft skills*), e respectiva função em relação à estrutura organizativa dos museus).¹ Igualmente partilhado entre os perfis, refira-se o conhecimento aprofundado sobre o funcionamento dos museus e a incorporação das funções e competências atribuídas a cada perfil no contexto do trabalho de equipa (Silvaggi 2017).

Competências digitais essenciais: um curso piloto

A segunda fase do projecto implicou a criação de um programa de formação, adoptando o formato de MOOC: um curso *online*, de acesso livre e sem pré-requisitos de participação, somente um registo na plataforma criada pela Hellenic Open University (Grécia).²

Intitulado Essential Digital Skills for Museum Professionals, este curso foi pensado como uma introdução às competências digitais e transferíveis necessárias para melhor capacitar os profissionais face aos desafios da transformação digital nos museus.

O curso foi desenhado tendo em conta os resultados da primeira fase do projecto. Além disso, seguiu os standards de vários instrumentos europeus (e não só) para que os resultados possam servir de referência comum no futuro, nomeadamente o European e-Competence Framework (e-CF)³, o European Digital Competence Framework (DigComp)⁴ e o

¹ Uma apresentação e descrição detalhada dos quatro perfis está disponível em Silvaggi (2017).

² A plataforma tem por base o Moodle, um sistema *online* vocacionado para o ensino à distância muito usado nas universidades. Acesso ao MOOC: <https://mooc.cti.gr/musa.html?fbclid=IwAR2GnuqnUplRCkuZocr7dc-fw4kZo-A9x07W2z1i-PaVwFjE6mMJQ1nmVw5s>

³ <http://www.ecompetences.eu>

⁴ <https://ec.europa.eu/jrc/en/digcomp/digital-competence-framework>

P21 Framework – 21st Century Skills¹ (Estados Unidos). Daqui resultou uma combinação de 22 competências que foram incorporadas na estrutura do MOOC, correspondendo à criação de 22 módulos (cf. tabela 1), subsequentemente organizados em várias unidades de formação.

Tabela 1 – Estrutura do MOOC em torno de 22 competências/módulos

Week	Competence	Type
W1.1	IS and business strategy alignment	e-CF
W1.2	Browsing, searching and filtering data, information and digital content	DigComp
W1.3	Managing data, information and digital content	DigComp
W2.1	Business Plan Development	e-CF
W2.2	Evaluating data, information and digital content	DigComp
W2.3	Identifying needs and technological responses	DigComp
W3.1	Technology trend monitoring	e-CF
W3.2	Netiquette	DigComp
W3.3	Leadership and change facilitator	21st – Transferrable
W4.1	Innovating	e-CF
W4.2	Innovating and creatively using technology	DigComp
W4.3	Creative thinking skills	21st – Transferrable
W5.1	Needs identification	e-CF
W5.2	Developing digital content	DigComp
W5.3	Collaborating through digital technologies	DigComp
W6.1	Forecast development	e-CF
W6.2	Team working	21st – Transferrable
W7.1	Relationship management	e-CF
W7.2	Protecting personal data and privacy	DigComp
W8.1	ICT quality management	e-CF
W8.2	Communication skills	21st – Transferrable
W8.3	Time management	21st – Transferrable

Os módulos criados abordaram não só competências digitais (ex. “gestão de dados, informação e conteúdos digitais”; “desenvolvimento de conteúdos digitais”) como competências transferíveis (ex. comunicação, li-

¹ <https://remakelearning.org/blog/2016/04/29/demystifying-learning-frameworks-the-p21-framework/>

derança, trabalho de equipa). Ao ICOM Portugal, um dos parceiros envolvidos na produção de conteúdos para o curso, foi atribuída a responsabilidade de criar um módulo sobre pensamento criativo, uma das competências transferíveis elencadas.¹

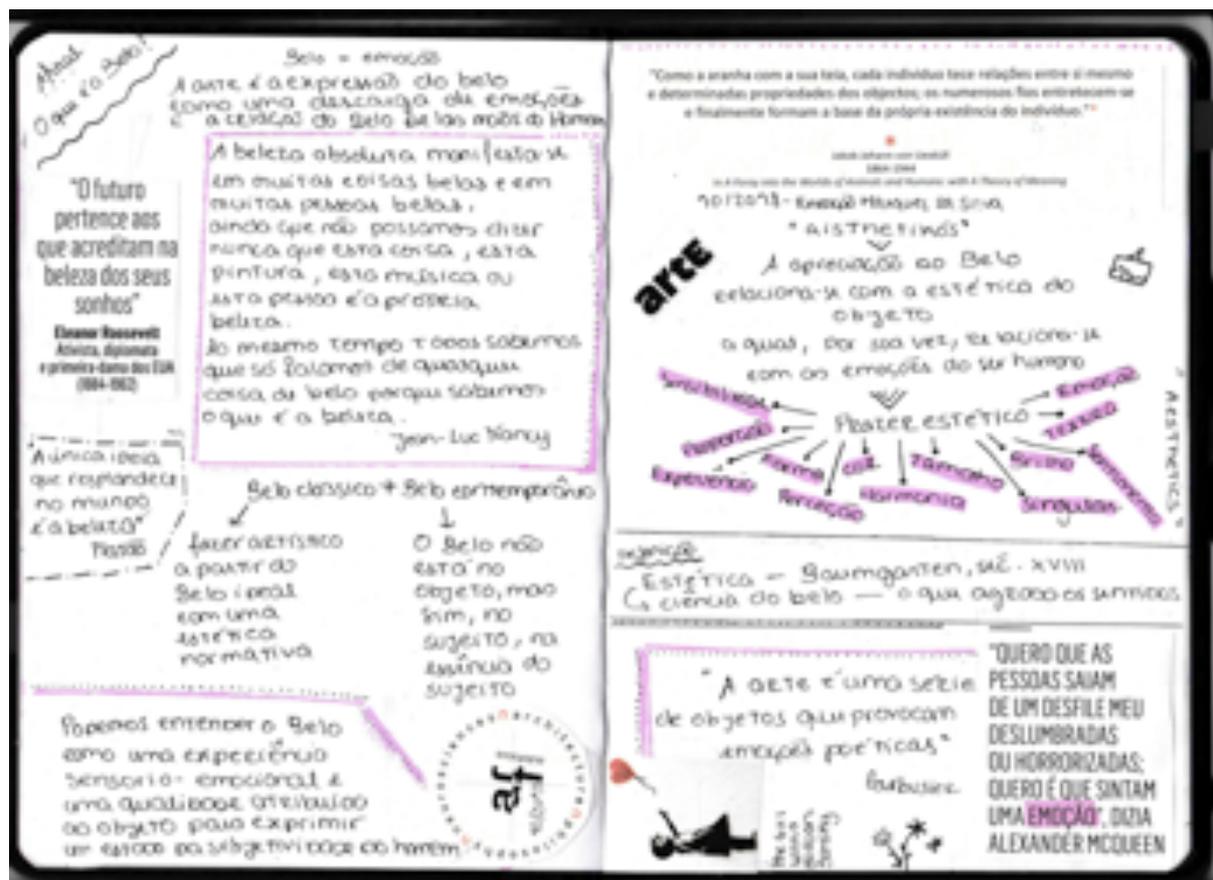


Fig. 1 – Entrada de diário (*journal writing*), 2018. Iris Marques (estudante museologia/ Universidade do Porto). Um dos exemplos referidos no módulo sobre pensamento criativo, no âmbito da unidade temática: “Estratégias e Ferramentas para Estimular o Pensamento Criativo nas Práticas Museológicas” do MOOC *Essential Digital Skills for Museum Professionals*

O MOOC decorreu entre 7 de Janeiro e 8 de Março de 2019. Teve a duração de oito semanas, requerendo para os respectivos formandos um investimento total de 80 h de formação e estudo. Cada módulo incluiu

¹ Na concepção deste módulo participaram: Ana Carvalho (conteúdos), Manuel Morais Sarmento Pizarro (apoio *power-points* e preparação de textos para locução), Rafaela Covas (locução), José Barbieri (gravação áudio), Alexandre Matos (tradução legendas para português). Revisão técnica: Panagiota Polymeropoulou (Hellenic Open University) e revisão científica: Eleni Damianou (Institute of Vocational Training - AKMI). Adaptação e efeitos visuais: Elisabeth Pirounia (Hellenic Open University). Cedência de imagens: Ana Carvalho, Inês Ferreira, Iris Marques e Barbara Andrez. Tutoria e gestão do fórum de discussão: Alexandre Matos e Manuel Morais Sarmento Pizarro.

apresentações, vídeos, pequenos artigos, entre outros materiais de estudo, assim como fóruns de discussão e o acompanhamento tutorial por módulo. Em cada módulo foram criados quizzes, de acordo com os objetivos de aprendizagem estabelecidos, permitindo aferir o conhecimento adquirido pelos formandos. Note-se que a conclusão do curso contempla a atribuição de certificado, desde que 80% do MOOC seja completado.

Os conteúdos do curso foram produzidos em inglês, embora os vídeos e as apresentações tenham incluído legendas em português, italiano e grego. É expectável que em futuras edições do curso todos os conteúdos sejam traduzidos para as respectivas línguas dos parceiros do projecto.

A temática do curso parece ter suscitado um interesse significativo, atendendo ao elevado número de inscrições: 5200. Os dados relativos às inscrições revelam a seguinte configuração geográfica: 35% de Itália, 22% da Grécia, 11% de Portugal, incluindo 32% de inscritos provenientes de outros países. Está ainda por apurar o número exacto de formandos que terminaram o curso, uma vez que à data em que escrevemos este texto, o curso ainda se encontra aberto para aqueles que se inscreveram, de modo a permitir a sua conclusão, reconhecendo a exigente carga horária do curso.

Está também em curso uma avaliação do MOOC realizado, de modo a fazer um balanço da sua eficácia e promover eventuais ajustes e melhorias em próximas edições.

Próxima etapa: curso de especialização

A segunda fase do projecto inclui ainda um curso de especialização, actualmente em preparação, que será tematicamente organizado em torno dos quatro perfis identificados na primeira fase: Gestor da Estratégia Digital”; “Curador de Colecções Digitais; “Promotor de Experiências Digitais Interactivas”; e “Gestor de Comunidades *Online*”.

O curso de especialização é subsequente do MOOC, ou seja, os formandos que completarem com êxito a primeira fase de formação (MOOC) são elegíveis para participar na segunda etapa de formação – o curso de especialização (mínimo 25-30 formandos por cada país participante no projecto), mas para o qual acrescem critérios de selecção mais estritos (a estabelecer).

O curso de especialização terá uma duração de aproximadamente seis meses e um perfil modular, e compreende uma componente teórica e prática. Mantém-se o formato de ensino à distância, através de uma plataforma digital (Moodle), disponibilizando conteúdos *online* e recursos educativos, incluindo ainda sessões presenciais, actividades de auto-estudo e uma experiência de trabalho efectiva em museu (aproximadamente dez semanas). No contexto português, o ICOM Portugal terá um papel fundamental como elo de ligação aos museus onde se realizará a experiência de trabalho em contexto de museu. Do ponto de vista da criação de conteúdos para o curso de especialização, estão igualmente atribuídas responsabilidades ao ICOM Portugal, nomeadamente a produção de seis módulos, estruturados em torno de uma competência digital (*Managing digital identity*) e cinco competências transferíveis (*Analyse and synthesize information; Resilience; Interpersonal skills; Influence/persuasion skills; e Integrity/ethical*).

Notas finais

Ao terminarmos este balanço destacamos que, no âmbito do projecto, têm sido organizados diversos eventos públicos nos três países, envolvendo vários especialistas na discussão sobre a temática central do Mu-SA. Nas três principais conferências já realizadas, foram debatidos os seguintes tópicos: *Digital Challenges for Museum Experts* (Atenas, 25 Novembro 2016), *Re-designing Museums. Digital Skills for Change and Innovation* (Roma, 13 Julho 2017) e *+Digital Future: Competences for the Cultural Sector* (Porto, 18 Abril 2018).

Está prevista uma conferência final de conclusão do projecto (2020), sistematizando os principais resultados do projecto. Todos os relatórios, artigos e outras publicações produzidos no contexto do projecto podem ser consultados através do seu website oficial, ou por via das redes sociais.¹

Referências

- Carvalho, Ana, Alexandre Matos, e Manuel Morais Sarmiento Pizarro. 2018. “Competências para a Transformação Digital nos Museus: O Projecto Mu.SA.” *MIDAS - Museus e Estudos Interdisciplinares* 9. <https://doi.org/10.4000/midas.1463>
- Carvalho, Ana, e Alexandre Matos. 2018. “Museum Professionals in a Digital World: Insights from a Case Study in Portugal.” *Museum International (Special Issue: Museums in a Digital World)*, 70 (277–278): 34–47. <http://hdl.handle.net/10174/24003>
- Department for Digital, Culture, Media & Sport. 2018. *Culture is Digital*. [London]: Department for Digital, Culture, Media & Sport.
- Eidelman, Jacqueline, ed. 2017. *Rapport de la Mission Musées do XXIe Siècle. Vol. I*. [Paris]: Ministère de la Culture et de la Communication, Direction Générale des Patrimoines.
- Filipe, Graça, e Clara Frayão Camacho. 2018. “Que Futuro Queremos dar aos(s) Museu(s)?” *RP - Revista Património* 5: 50-59.
- Meijer, Max, Siebe Weide, e Marieke Krabshuis. 2010. *Agenda 2026: Study on the Future of the Dutch Museum Sector*. Amsterdam: Netherlands Museums Association.
- Murphy, Oonagh. 2014. “Increasing the Digital Literacy of Museum Professionals: Digital Innovation and the Museum Sector in Northern Ireland.” Thesis submitted for a Degree of Doctor of Philosophy, University of Ulster.
- Parry, Ross, Doris Ruth Eikhof, Sally-Anne Barnes, e Erika Kispeter. 2018. *Mapping the Museum Digital Skills Ecosystem: Phase One Report*. University of Leicester.
- Silvaggi, Antonia, ed. 2017. *Museum Professionals in the Digital Era: Agents of Change and Innovation (Full Version Report)*. [s.l.]: Mu.SA - Museum Sector Alliance.

¹ Website: <http://www.project-musa.eu> e página de Facebook: <https://www.facebook.com/MuseumSectorAlliance>.

Sturabotti, Domenico, e Romina Surace, eds. 2016. *Museum of the Future: Insights and Reflections from 10 International Museums*. Roma: Symbola Foundation, Mu.SA project.

Entrevista

com Jette Sandahl



Jette Sandahl preside o Comité do ICOM sobre Definição de Museu, Perspectivas e Potenciais (MDPP) e é a presidente do European Museum Forum (EMF). Foi a diretora fundadora de dois museus pioneiros, o Museu das Mulheres da Dinamarca e o Museu das Culturas do Mundo, na Suécia. Desempenhou o cargo de Diretora de Exposições e Programas Públicos no Museu Nacional da Dinamarca e dirigiu o Museu Nacional da Nova Zelândia Te Papa Tongarewa. Mais recentemente, foi diretora do Museu de Copenhague, na Dinamarca. Ocupou vários cargos eleitos e de nomeação no mundo internacional dos museus. Tem participado da criação de novos paradigmas para museus como plataformas de fortale-

cimento, participação cultural e justiça social e tem publicada uma vasta obra dentro do campo museológico

Mário Antas (MA) – Como define o seu trabalho no comité do ICOM (MDPP)?

Jette Sandahl (JS) – O trabalho do MDPP tem muitas fases separadas. Começamos o processo partindo do trabalho feito e a experiência adquirida com o processo em torno da definição do museu em 2003-2004 e em 2015-2016, e assumimos um ponto de partida diferente. Em vez de tentar chegar a uma nova definição, começámos de fora para dentro.

A primeira fase foi muito analítica, onde observámos as tendências históricas e sociais atuais que impactam os museus, tendo em conta os antecedentes epistemológicos e históricos dos museus. Também ouvimos, o que centenas de membros do ICOM disseram sobre os maiores desafios para as suas sociedades e os seus museus nas próximas décadas e, finalmente, tentámos recolher, sistematizar e resumir os diversos tipos de contribuições no nosso relatório e fornecer recomendações ao EB (n.d.r conselho executivo) do ICOM.

MA – Qual foi a reação do Conselho Executivo do ICOM e em que fase o processo se encontra?

O Conselho Executivo decidiu seguir as nossas recomendações e iniciar uma revisão da definição de museu, de dezembro de 2018 a maio de 2019, atualmente estamos na fase criativa. Este período, até ao final de maio, é o período em que o MDPP tenta apoiar as pessoas a encontrarem definições inovadoras, que melhor respondam às obrigações e às oportunidades que os museus enfrentam no século XXI. Esta é uma fase em que temos que ser muito abertos, tentar não criticar e tentar não julgar as diferentes propostas, mas apoiar este fluxo o mais livre e criativo

possível. O desafio, para nós nesta fase é gerar algo verdadeiramente novo mas que também contenha o antigo

MA – Passada esta fase desafiadora em que os profissionais de museus têm oportunidade de se expressarem sem qualquer restrição, vem uma nova e decisiva fase

A próxima fase, a partir de julho, é finalmente a das decisões. O MDPP selecionará uma série de propostas diferentes para o Conselho Executivo do ICOM, que em Julho selecionará uma, que em setembro será levada a votação na Assembleia Geral Extraordinária em Kyoto, onde os membros decidirão se realmente adotarão uma nova definição de museu.

E, dependendo do resultado da votação, o MDPP começará então a apoiar a implementação de uma nova definição, ou reverterá ao seu normal modo analítico de observar as tendências da sociedade e a maneira como os museus se intercetam e interagem com estas tendências.

MA – Na sua recente visita a Portugal, teve a oportunidade de nos mostrar uma diversidade de respostas de membros de todo o mundo. Acredita que este processo participativo, é a chave para tornar o ICOM ainda mais representativo para os profissionais de museus em todo o mundo?

JS – Tem sido extremamente interessante verificar o entusiasmo entre os membros do ICOM no próprio processo participativo. Ficou claro que o formato da “Mesa Redonda” que foi iniciado por nós, conseguiu demonstrar e implementar algumas novas formas de trabalho. Parece que alcançamos um equilíbrio muito bom com reuniões pessoais de cara a cara e com grupos menores, e em combinações com as vastas oportunidades, que a comunicação on-line pode proporcionar em grandes distâncias. De certa forma, este processo no próprio ICOM mostra exatamente o que temos vindo a ver à acontecer nos museus - uma expectativa crescente de participação a todos os níveis. E eu acho que é difícil de

voltar a este tipo de processos, por isso talvez possamos no futuro contar com mais participações no futuro e de uma forma mais ampla.

MA – No que respeita ao trabalho do MDPP (Museum Definition, Propects and Potentials) como é que são classificadas as respostas? Criaram categorias no caso de terem respostas mais conceituais?

JS – Como eu já referi anteriormente, uma coisa que eu acho que estou a aprender através deste processo, é que cada fase tem a sua própria lógica, e é preciso ter cuidado para não impor as lógicas de uma fase sobre a outra. Por isto, neste momento, estou a regozijar-me com a diversidade de propostas que estão a aparecer, e a tentar abster-me de classificar, categorizar, comparar ou medir a qualidade de propostas uma contra a outra. Mas sim, no final de maio, vamos começar a comparar.

MA – Referiu na sua intervenção em Portugal que os museus deveriam ter uma abordagem mais holística.

JS – Uma das tendências gerais nas sociedades, na pesquisa e na produção de conhecimento, assim como nos museus, é a dissolução das oposições ou das oposições binárias. Os museus no século XX foram moldados por oposições e separações, por temas e assuntos, como: a arte versus história, a cultura versus natureza, a arte versus etnografia - e, claro, pela separação entre a equipa do museu versus o público. Muitas dessas oposições estão já a desfocar neste momento. Pois, estamos cada vez mais interessados no todo. Poderíamos até mesmo dizer que somos forçados, tanto pelas falhas do século XX quanto pelas complexidades do século XXI, a desenvolver abordagens e métodos que abranjam e abordem o todo, e que sejam mais holísticos. E nisso, é claro, que nos podemos basear em epistemologias alternativas de culturas fora do Ocidente, ou fora do Norte global.

MA – Para si, a democracia é sobre quem está incluído ou excluído. Acredita que esta nova definição deve incluir especificamente um novo processo ativo da participação das comunidades?

JS– Já foi criado, como depois verão no site do ICOM, um conjunto de parâmetros que acreditamos que devem ser incluídos numa nova definição, e entre esses parâmetros está, de uma maneira importante, a interação muito mais próxima entre o museu e as comunidades e a expectativa de acesso da participação cultural.

Mas a maneira, como a inclusão de cada um desses parâmetros irá, na verdade ou no final, aparecer numa nova definição não podemos dizer ainda neste momento.

Uma definição não pode, por mais longa que seja, e por mais numerosas listas que hajam, nomear ou ser explícita sobre todos os aspetos relevantes em torno do conceito de museu e as diversas realidades dos museus. Por outro lado, também sabemos, o que é trabalhar com a definição atual de museu, assim como o silêncio, e o que não é dito também tem muito significado. Assim, acho que cada proposta para uma nova definição de museu está a tentar encontrar um equilíbrio entre o que é declarado explicitamente, o que é dito nas entrelinhas, e o que é autocompreendido.

Conferências: comentários

O Espectro da Globalização Patrimonial: Fricções, Indigenizações e Autodeterminações.

4ª Conferência Bianual da Association of Critical Heritage Studies, Universidade de Zheijian, em Hangzhou, China

Pedro Antunes, bolseiro ICOM



créditos: © ACHS ([Association of Critical Heritage Studies](http://www.achs-studies.org/))

“UNESCO frictions: the social lives of international heritage norms” foi o título que deu mote à sessão apresentada por Chiara Bortolotto na 4ª Conferência Bianual da Association of Critical Heritage Studies (1-6/09/2018), na Universidade de Zheijian, em Hangzhou, China. Como eixo comum para as diferentes comunicações, propôs-se a desconstrução de uma crítica à função globalizadora das normas patrimoniais da UNESCO, tanto na sua representação de cultura, como nos modos de transmissão cultural que promove.

Os sistemas de governação liberais implementados pela UNESCO têm sido compreendidos por analogia ao que Michael Herzfeld define como 'hierarquia global de valores', um sistema de governação altamente hierarquizado, normalizador e “expressão última de autoridade cultural” (2004: 3). Nesta mesma linha crítica, muitas investigações antropológicas sobre os impactos de titulações patrimoniais em contextos locais têm sido referidas como processos de 'UNESCOização', um fenómeno que segundo David Berliner (2012) espelha o efeito globalizador decorrente das políticas intervencionistas adotadas pela UNESCO. Contudo, através de um olhar mais situado e aproximado a projetos específicos, é possível analisar vários tipos de 'fricções' nos mecanismos institucionais e procedimentos operativos na cadeia de implementação patrimonial da UNESCO. Foi com base numa análise dessas outras agencialidades (humanas e não-humanas) envolvidas no trabalho de implementação de normas internacionais que os investigadores procuraram analisar o complexo social em que as normas se enredam.

Philipp Demgenski (École des Hautes Études en Sciences Sociales) apresentou-nos resultados preliminares da sua etnografia em curso sobre os “bastidores” políticos da implementação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI) na China, argumentado que os processos de tradução e de (re)interpretação da norma constituem em si mesmo um motivo de/para 'fricções' internas. Ainda sobre as formas de implementação do PCI na China, Christina Maags (SOAS, University of London) propôs-nos o conceito de 'indigenização' da norma-PCI. Segundo a investigadora essa indigenização corresponde a um processo de tradução e transferência de ideias da norma internacional em práticas e discursos no quadro político do governo da China, mas também num processo de “indigenização social”, em que ideias e valores associados ao património imaterial têm sido difundidos e apropriados em discursos e práticas sociais não-oficiais.

Numa análise do contexto patrimonial no Brasil, Simone Toji (École des Hautes Études en Sciences Sociales) falou-nos sobre o modo como a Convenção se tornou “invisível” no campo das políticas nacionais para a salvaguarda do património imaterial no Brasil. A co-opção do governo brasileiro pela não retificação da convenção internacional e a sua incorporação, evidente, de princípios e procedimentos da convenção da UNESCO na legislação brasileira, denotam um processo de “fricções silenciosas”.

Ana Carvalho (Universidade de Évora) apresentou-nos um panorama socio-histórico da adoção da Convenção (2003) pelo estado português, destacando o processo de formação de um quadro legal nacional dedicado ao património imaterial. Como crítica às tensões e restrições da tradução normativa portuguesa, identificou ambiguidades e incoerências relativas aos mecanismos de representatividade das “comunidades”, que possibilitam processos hierárquicos (“top-down”), inversos a ideias de comunidade auto-determinadas. Também sobre os procedimentos legislativos e operativos do PCI em Portugal, Pedro Antunes (Instituto Universitário de Lisboa), analisou o modo como a norma internacional foi adaptada numa “contra-versão” local, onde as práticas de salvaguarda promovidas por um regime patrimonial (pré) existente, de cunho folclorista, são re-apresentadas como exemplares numa candidatura ao registo de “melhores práticas” da UNESCO, destacando assim o lado inócuo do espectro globalizador da norma internacional.

Foi ainda apresentada a comunicação conjunta de Bernard Debarbieux e Munz Hervé (University of Geneva) sobre os sistema-listas PCI como “políticas de escala”, num processo que designaram de 'space f(r)ictions'. Com termo 'escala', visam identificar processos sócio-discursivos 'glocalizados' de negociação de poder. A sessão terminou com a exibição de um filme documentário de Valdimar Tr. Hafstein, em que assistimos uma viagem transnacional de (re)apropriações e instrumentalizações políticas da música “El Condor Pasa”, num voo do popular ao pop, passan-

do por regimes alfandegárias nacionalistas. O filme termina com a questão: “Em que circunstâncias a proteção poderá não ser um meio de despossessão?”

Partindo do atual paradigma de instituição de sistemas de proteção e governação internacionais dedicados a grupos autodeterminados e/ou de expressões culturais em risco de perda, nomeadamente o sistema de listas do PCI, importará notar e compreender como esses têm sido, maioritariamente, implementados por instituições museológicas e culturais pré-existentes, mas também observar o modo como essas diretrizes internacionais têm produzido reformulações internas nessas instituições. Neste sentido, será oportuno repensar o papel de instituições museológicas e culturais como estruturas ativas, engajadas em políticas e práticas 'indigenistas', agindo através de uma “etnologia em casa” em combinação com práticas de mediação em processos de auto-governança sociais (Bennett, Cameron, Dias, et al 2017) desses grupos e das suas práticas.

Referências Bibliográficas

Bennett, Tony; Cameron, Fiona; Dias, Nélia, et al., 2017, *Collecting, Ordering, Governing – Anthropology, Museums, and Liberal Government*. Durham and London: Duke University Press.

Berliner, David, 2012, “Multiple nostalgias: the fabric of heritage in Luang Prabang (Lao PDR)”, *Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.)* 18, 769-786.

Herzfeld, Michael, 2004, *The Body Impolitic: Artisans and Artifice in the Global Hierarchy of Value*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

Filmografia

The Flight of the Condor (2018) Áslaug Einarsdóttir & Valdimar Tr. Hafstein (dir), Bolivia/France/Iceland/Peru/US, 30'

Conferências: comentários

Museus, Educação e Acção Cultural – Entre Novos e Antigos Significa- dos

Conferência Anual do Comité para a Educa- ção e Acção Cultural (ICOM-CECA)

Carolina Silva, bolseira ICOM



Realizou-se de 24 a 28 de Setembro a Conferência Anual do Comité para a Educação e Acção Cultural (CECA) do ICOM, em Tbilisi, capital da Geórgia. A geografia deste encontro anunciava a possibilidade de conhe-

cer novas práticas na área da educação em museus e foi um dos motores para a minha participação, tornada possível com a bolsa do ICOM-Portugal.

O pano de fundo foi o Museu Nacional da Geórgia, situado na imponente Avenida Rustaveli que liga a cidade antiga, com mais de dezasseis séculos de história, à zona nova, onde se desenham edifícios altos em traços contemporâneos. Durante três dias, as comunicações, mais de oitenta, oriundas de cerca de vinte e sete países, foram intercaladas com eventos sociais e culturais que permitiram a partilha e discussão crítica de experiências entre pares.

Foi apresentado, pela actual direcção, um estudo sobre o significado do termo ‘acção cultural’ que pretendia rever a sua relevância no nome do CECA. Cunhado nos anos 60 em França, e usado para nomear acções desenvolvidas com o intuito de criar relações mais próximas entre as comunidades artísticas e culturais e o público, o seu significado parece hoje difuso quando analisado num contexto internacional. Educação, mediação, participação, acção cultural, o leque semântico é vasto e complexo, como revelam os resultados do estudo agora disponível [online](#). No entanto, talvez mais relevante do que o vocabulário utilizado são as práticas que este traduz, exemplos concretos das possibilidades para envolver criticamente os públicos nos museus. Destaco quatro ideias, conceitos, que resumem a conferência e ecoam para o futuro os tópicos discutidos – formação, diversidade, activismo e continuidade.

Hayk Mkrtchyan, Coordenador de Projecto do [Museum Education Center](#) na Arménia, apresentou os resultados da parceria entre o DVV International (Instituto para as Cooperações Internacionais da Associação Alemã de Educação para Adultos) Country Office na Arménia, a ONG Associação de Trabalhadores de Museus e o Museu Aram Khachaturian, iniciada em Outubro de 2014. Tendo como principal missão o desenvolvimento de projectos educativos em museus e organizações culturais, o programa coordenou nos últimos anos inúmeras acções de formação e

divulgação, envolvendo profissionais de museus locais e internacionais. O desenvolvimento profissional foi definido como uma área prioritária de investimento e contribuiu significativamente para o crescimento e sustentabilidade das práticas educativas em museus na Arménia.

Foram quatro as comunicações que discutiram programas educativos em museus no Qatar, incluindo o futuro Museu da Criança e as parcerias com o programa de Museum Studies da UCL (University College London) Qatar. A escala, metodologias e resultados dos projectos, revelam uma dicotomia que não foi suficientemente aprofundada. Por um lado, a segurança do financiamento parece garantir o sucesso das diferentes iniciativas que dão, por exemplo, a oportunidade aos alunos de mestrado de planear, desenvolver e implementar projectos expositivos e educativos ambiciosos, em articulação com as diferentes equipas dos museus. No entanto, a retórica ocidental dos modelos teóricos adoptados e as exposições blockbuster que importam modos de ver e fazer alienados do contexto local, levantam questões sobre a real integração e diálogo destes museus com a diversidade dos seus públicos.

Num tom assumidamente político, a comunicação de Therese Quinn, Professora Associada e Directora do Departamento de Museum and Exhibition Studies da Universidade do Illinois, Chicago, EUA, foi talvez a que mais se aproximou das problemáticas sociais contemporâneas e discutiu, em tom aberto e crítico, o papel dos museus neste contexto. Fortemente ligada às questões de desigualdade e injustiça racial que assolam actualmente os EUA, com enfoque para o projecto [Deaths in Custody](#), uma plataforma online que serve de arquivo à história dos que perdem a vida nas prisões do estado do Illinois, muitas vezes em situações pouco claras, a reflexão sobre a não neutralidade dos museus e o potencial dos seus programas educativos deve ser trazida para um plano de destaque.

Na minha comunicação apresentei uma genealogia da relação entre jovens e museus de arte contemporânea, em particular no Whitney Mu-

seum of American Art, New Museum, Tate e Whitechapel Gallery. O aparecimento de programas de longa duração fora do contexto escolar para jovens data do final dos anos 60 nos EUA, uma tendência que ressurgiu em meados da década de 90 e que é actualmente uma prioridade nos programas educativos dos museus. No entanto, esta é uma área ainda em tímido crescimento em Portugal, onde a oferta para este grupo etário se reduz a visitas escolares e oficinas de curta duração. Está porém demonstrado que o envolvimento continuado dos jovens nos museus se traduz num benefício mútuo, dando a ambas as partes uma perspectiva de colaboração crítica e sustentável.

Entre novos e antigos significados, assim se desenham as práticas educativas nos museus. Um impulso para o futuro, atento, espera-se, ao compromisso com uma missão inclusiva.

Conferências: comentários

Museus: os desafios da autonomia



Museu Nacional de Machado Castro, créditos: © Mário Antas

Encontro de Outono 2018, 15 de Outubro de 2018, Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra

Maria de Jesus Monge, Direção ICOM Portugal

O Encontro de Outono 2018 do ICOM Portugal realizou-se a 15 de Outubro, no Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra. Esta jornada de reflexão promovida pelo ICOM Portugal teve por tema os desafios colocados pela autonomia dos museus. Assunto sempre presente quando

falamos em gestão museológica, o tema ganha relevância acrescida quando está em preparação nova legislação.

O painel de oradores incluiu um leque variado de profissionais de museu, com experiências distintas e reflexão amadurecida sobre a evolução das instituições museológicas e as perspectivas de alteração do quadro administrativo vigente.

A abertura esteve a cargo do Presidente do ICOM Portugal, José Alberto Ribeiro, e da diretora do MNMC, Ana Alcoforado.

Alberto Garlandini, vice-Presidente do ICOM Internacional e antigo Presidente do ICOM Itália, resumiu os desafios que enfrentam atualmente os museus em todo o mundo. Desde a década de 1960 que assistimos ao crescimento exponencial de instituições museológicas, com uma tendência crescente para a descentralização e autonomia dos corpos dirigentes face aos governos centrais.



Alberto Galardini, créditos: © Mário Antas

Nesta comunicação foi apresentado o enquadramento legal e a forma como a reforma aprovada em 2014 materializa um modelo de autonomia aplicado a 32 dos grandes museus italianos.

Este processo de descentralização deveria resultar numa relação mais próxima entre os museus e o público que servem, o problema contudo tem sido a falta de profissionais de museu.

A experiência relatada é de grande interesse para a discussão em curso, de realçar a colaboração estreita com o ICOM, concretizada no articulado da legislação que consagra definições e procedimentos por ele aconselhados. Simultaneamente alerta para o facto de ser fundamental reforçar em sede de elaboração legal a obrigatoriedade de equipas técnicas profissionais.

Os intervenientes seguintes abordaram a realidade nacional sob diversas perspectivas:

Nuno Vassallo e Silva, antigo diretor-geral da DGPC desenvolveu a evolução da ideia de autonomia administrativa e financeira para os museus nacionais nos últimos anos e considerou que a proposta em análise é resultado de uma política conjuntural e não responde aos grandes desafios que as instituições de património enfrentam.

Maria João Vasconcelos lembrou o percurso dos museus nas últimas décadas, constatando a deterioração ao longo das décadas, que retirou progressivamente aos museus capacidade de gestão e desenvolvimento das atividades que os desafios crescentes da sociedade contemporânea vêm colocando. O modelo atual da DGPC, repetindo uma fórmula concebida há mais de 30 anos, não pode assim responder às necessidades atuais.

Agostinho Ribeiro considerando embora a necessidade de reflexão e mudança do quadro atual, abordou vários aspetos que necessitam revisão na proposta de autonomia. Configurando um instrumento de implementação da descentralização já aprovada, o documento não tem, designadamente, por base uma definição do que são museus nacionais, carece

de enquadramento na Lei-Quadro dos Museus em vigor, um bom instrumento normativo infelizmente longe de estar implementado.

Reforçou ainda a preocupação com o distanciamento modelar e gestor entre os museus nacionais e os que não detêm esse estatuto, embora todos sejam do Estado e a maioria deles tenham até grandes similitudes históricas, cujo desígnio “nacional” era, precisamente, o de fazerem parte integrante de uma rede estruturada e harmoniosamente distribuída pelo território nacional, cumprindo objetivos missionários que os diplomas fundadores, ao tempo da I República, descrevem. Deixou assim a interrogação se, por via desta diferenciação de tratamento legal, a política deste Governo continua o processo de desqualificação estatutária dos museus do Estado não nacionais, como tem sido feito até ao momento e, em caso de resposta negativa, que soluções e propostas estão a ser pensadas para a sua necessária requalificação.

Maria da Luz Nolasco falou da autonomia dos museus no duplo sentido da sua gestão orgânica e material, sob a perspetiva da sua vasta experiência em museus da administração local. Realçou a necessidade de manter o princípio da solidariedade e a importância do trabalho desenvolvido pela Rede Portuguesa de Museus, infelizmente descontinuado dentro da atual tutela administrativa.

“Aos Museus Nacionais, de Referência e tidos no programa de Governo como “Equipamentos Culturais Bandeira” cumpre estarem para além de uma gestão corrente anual para, ultrapassando a mera gestão corrente, poderem participar nos Planos e Programas incluídos no Orçamento do Estado, ou seja, no Plano de Investimento e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central. Urge como tal criar condições para uma exploração mais eficaz das características de uma autonomia administrativa e financeira, incentivando uma gestão eficaz de receitas que o património à guarda de cada entidade Museu, unidade orgânica / Serviço Personalizado permitir gerar, e uma exploração dinâmica de outras

fontes de financiamento (pública e privadas) que permitam aumentar os meios necessários à salvaguarda e valorização do património em geral.”

O debate moderado por António Carvalho pela manhã e Luís Raposo de tarde contribuiu para realçar aspetos que a todos preocupam:

- A impossibilidade de qualquer autonomia sem recursos financeiros adequados para cumprir as funções museológicas;
- A necessidade de definição do que são museus nacionais, para além da singularidade das coleções e dos respetivos percursos históricos;
- A defesa da unidade territorial no que respeita às instituições de memória, evitando o centralismo;
- A importância do cumprimento e de uma efetiva articulação com a atual Lei-Quadro dos Museus;
- A defesa das competências técnicas, particularmente nos lugares de direção;
- A necessidade de avaliar outras experiências já em curso, designadamente as transferências para outros modelos de gestão (PPP, como a Parques de Sintra ou o projeto das Jóias da Coroa, e passagens para as autarquias locais), e outras áreas da administração pública (escolas, hospitais,...).

Os contributos e discussão resultante foram de grande interesse, confirmando a atualidade das preocupações e a pertinência de um debate alargado que forneça ao ICOM Portugal instrumentos para cumprir a sua missão de representar a comunidade museológica.

Publicações

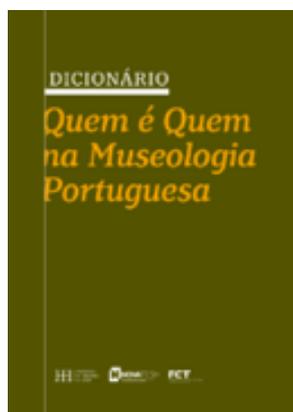
Sugestões de leitura

Novas edições

Ferreira, E., Monteiro, J. O. & Silva, R. H. (Eds. lit.). (2019). *Dicionário: Quem é quem na museologia portuguesa (v. 1)*.

Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Nova. Disponível em https://institutodehistoriadaarte.files.wordpress.com/2019/03/dicionario_quemquem.pdf

O *Dicionário: Quem é quem na museologia portuguesa* é uma obra fulcral para a história dos museus e da museologia em Portugal, mas é também o registo e o reconhecimento da obra dos profissionais que a construíram, resgatando alguns de um esquecimento anunciado. A Direção-Geral do Património Cultural associou-se a este projeto, mediante a celebração de um acordo de colaboração com o Instituto de História da Arte que permitiu a conclusão deste primeiro volume



Janes, Robert e Sandell, Richard (editores). 2019. . *Activismo no Museu* Routledge [impresso](#).

Este livro reflete sobre a crescente importância da tendência ativista no pensamento e na prática nos museus. Mais de 50 colaboradores de várias que trabalham em seis continentes trazem perspectivas para analisar e refletir criticamente sobre a relação do museu com o ativismo.



Campbell, Bruce A. e Baars Christian (editores). 2019. Curadoria e conservação das coleções de museus.

Routledge [impresso.](#)

Este livro aborda questões relacionadas com os curadores de museus, que entram na profissão com uma qualificação especializada e, em algum momento de sua carreira, muitos curadores têm que lidar de uma série de coleções fora de seus conhecimentos especializados. Interpretar, curar e cuidar de coleções mistas exige dos curadores uma ampla gama de conhecimento e compreensão. Este livro foi projectado para dar aos curadores as informações fundamentais para gerir e cuidar de todas as coleções sob sua responsabilidade, independentemente de da sua formação e experiência anteriores



Botticelli, Peter; Mahard, Martha R. e Cloonan Michèle V.. 2019. Bibliotecas, arquivos e museus.

Edição Rowman & Littlefield Publisher. [impresso.](#)

Esta publicação reflete sobre as mudanças provocadas pelo enorme crescimento da internet. As novas formas de partilhar com recurso a ferramentas on-line, e exposições virtuais. O que foi realizado em bibliotecas, arquivos e museus? Os autores consideram essa questão usando estudos de caso para explorar atividades em 14 bibliotecas, arquivos e museus.



Cole, Johnnetta Betsch e Lott Laura L.
(editoras). 2019
Edição American Alliance Of Museums
impresso.

Esta publicação é um recurso prático sobre o trabalho de diversidade e inclusão no campo - passado, presente e futuro em museus.

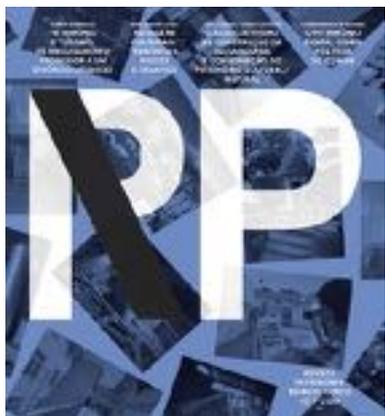


DGPC. #01RM -Revista de Museus. 2018
Edição Direcção Geral do Património
Cultural (DGPC), 247 páginas, impresso.

O primeiro número desta nova revista é dedicado ao tema “museus e Turismo”. Está organizada em 5 áreas (tema principal, museus, colecções, olhares e mundo).

Sobre a temática museus e turismo destacam-se os artigos assinados “Turismo e museus - contigo porque me matas / sem ti porque morro eu” de Alvaro Domingues, “a experiência turística no espaço museológico” de Alexandra Gonçalves, “Turismo e cultura - uma reflexão sobre desafios comuns” de Teresa Ferreira e “Património e museus em interacção com o turismo: sustentabilidade e inovação” por Graça Filipe.

Na secção mundo destaca-se a declaração do ICOM - Conselho Internacional de Museus e da FMAM - Federação Mundial dos Amigos dos Museus para um turismo cultural sustentável em todo o mundo.



Revista Património, número 5.

Edição Direção-Geral do Património Cultural, INCM revista impressa.

Esta revista é dedicada às alterações globais nos domínios económicos, social, político e ambiental, que motivaram a mudança dos paradigmas da perceção do mundo. O século XXI, para além do aumento da velocidade com que se verificam essas mudanças, trouxe profundas transformações no modo como a sociedade se relaciona com a cultura e com o património cultural. A ideia de que o património faz já parte de tudo, que abarca infinitas memórias e também inclui já o presente - que pode ser olhado sob inúmeras perspetivas - e o reconhecimento do papel fulcral que representa para a estabilidade, para a coerência e para o desenvolvimento da sociedade, veio desordenar as peças de um enorme puzzle de conhecimento, que deixou de ser possível compor tal como sempre o tínhamos concebido. Novas prioridades e emergências sociais obrigam a reequacionar o lugar da cultura e do património



Cadernos de Sociomuseologia 57, 56 2 55

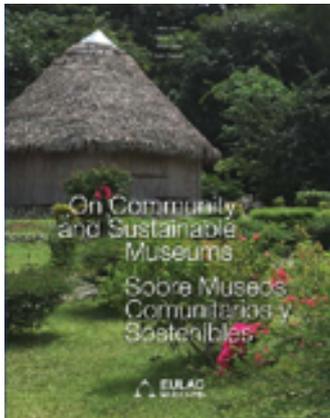
Edição Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, revista impressa e online

Saíram mais 3 números dos cadernos de sociomuseologia editados pelo departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

O Volume 57, nº 13 (2019) é dedicado ao Workshop ICAMT que ocorreu em Lisboa.

O Volume 56, nº 12 (2018) é dedicado às questões contemporâneas da sociomuseologia.

Já o Volume 55, nº 11 (2018) é dedicado à museologia e Direitos Humanos.



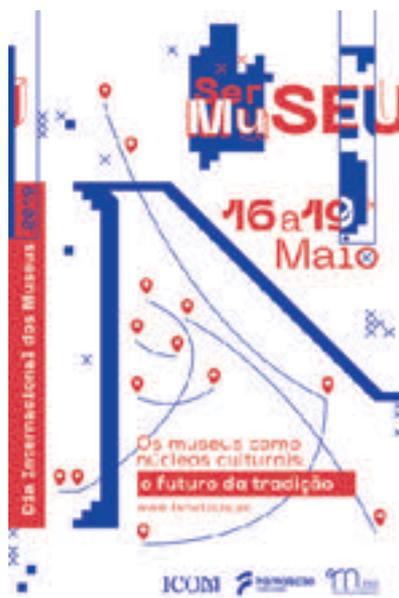
Brown, Karen; Davis, Peter e Raposo, Luis (ed). Sobre museus comunitários sustentáveis. 2019

Edição EU-LAC Museums. impressa e online

Um edição no âmbito do projecto co-financiado pela União Europeia sobre a sustentabilidade dos museus comunitários. Está organizado em três partes. A primeira é dedicada as comunidades e construção de museus sustentáveis - conceitos e principais características. A segunda parte é dedicada à criação de museus sustentáveis comunitários e ecomuseus. A terceira apresenta uma seleção de museus comunitários e sustentáveis da Europa, Caraíbas e América Latina.

Agenda

Conferências, encontros, debates



Conferências Ser MuSeu – Vila Nova de Famalicão 16 de Maio

ICOM Portugal, C.M. Famalicão, Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão

O ICOM Portugal junta-se à celebração do Dia Internacional de Museus em Vila Nova de Famalicão com a participação de José Gameiro, membro da direcção, nas conferências Ser MuSeu. Esta conferência é o evento que marca o início da programação do DIM em Famalicão. Numa parceria entre a Rede de Museus, o ICOM – Portugal e a F. L. da Universidade do Porto (FLUP-DCTP / CITCEM). Com ela pretende-se refletir sobre o conceito de museu e partilhar a metodologia do Projeto Ser MuSeu que tem como objetivo (re)pensar as missões das 13 unidades museológicas da Rede de Museus de Vila Nova de Famalicão.

Semana Acesso Cultura 2019 |

19–25 de Junho

Org. Acesso Cultura | vários locais

A 6ª edição da Semana Acesso Cultura realiza-se nos dias 17 a 23 de Junho de 2019. Uma semana para reflectir em torno do que é o acesso e criarmos uma maior consciência em relação à missão e objectivos da Acesso Cultura.

Mais informações: <https://accessocultura.org>



II Encontro de Jovens Investigadores em estudos do Património e do Território

6-7 de junho de 2019

Org. EJI-PATER | Encontro de Jovens Investigadores em estudos do Património e do Território.

Campus de Gualtar da Universidade do Minho, Braga

<https://plataforma9.com/congressos/eji-pater-ii-encontro-de-jovens-investigadores-patrimonio-territorio.htm>

**Internacional Congress Tourism into
the New Decade: Challenges and
Prospects , 29 de junho de 2019**

**Org. Universidade Católica Portuguesa e
IATOUR , Braga e Porto**

<https://iatour.org/icot2019>

**Congresso de História e Património da
Alta Estremadura e Terras de Sicó
21-22 de Setembro de 2019**

**Org. Al-Baiáz - Associação de Defesa do
Património, com o apoio da Câmara
Municipal de Alvaiázere,**

Hiperligação: <http://congresso-albai-az.pt>

**II Congresso Internacional de História
Local: Conceitos, Práticas e Desafios na
Contemporaneidade**

**Universidade de Évora, 2 e 3 de Outubro
2019.**

**Org. IHC - Universidade Nova de
Lisboa FCHS, CEHFCi Univer-
sidade de Évora**

, Hiperligação: <https://plataforma9.com/congressos/iii-congresso-internacional-de-historia-local.htm>



**4th International Conference on
Preservation, Maintenance and
Rehabilitation of Historic Buildings and
Structures.**

Guimarães 17-19 de julho de 2019

**Org. Lines Institute for Sustainable De-
velopment**

Hiperligação: <https://www.pportodos-museus.pt/evento/rehab-2019-4th-international-conference-on-preservation-maintenance-and-rehabilitation-of-historic-buildings-and-structures>

Internacional

7º CONFERENCE ON CULTURAL HERITAGE. Ecomuseums and community experiences in Spain: social innovations, ventures and diverse heritages with common problems and concerns-. Espanha , 24 e 25 de Maio 2019.

Org. La Ponte-Ecomuséu, el Máster en Gestión Cultural and de Industrias Creativas de la Universidad de Alcalá y MediaLan-Prado

, Hiperligação: <http://www.laponte.org/home/g-proximas-actividades/callfor-papersvii Jornadas de patrimonio>



Are Museums 2019 conference Katowice, Polónia , 27 a 29 de Maio de 2019

Org. We Are Museums

, Hiperligação: <https://www.weare-museums.com/wam19>



MuseumNext Conference

Londres, Inglaterra , 3 a 5 de Junho 2019.

Org. MuseumNext

, Hiperligação:

<https://www.museumnext.com/events/london>

Museum^{iD}

Museum Ideas 2019 – Explore the ideas shaping the future of museums

Londres, Inglaterra , 10 a 12 de Setembro 2019.

Org. Museum ID

, Hiperligação:

<https://museum-id.com/category/conference>

Conference The Best in Heritage-Projects of Influence

Dubrovnik, Croatia , 25 a 27 de Setembro 2019.

Org. The Best in Heritage, in partnership with Europa Nostra and with support of Creative Europe Program and ICOM

, Hiperligação:

<https://www.thebestinheritage.com/conference>

We

Muscon 2019

Zurique, Suíça , 2 a 5 de Outubro 2019.

Org. The Best in Heritage, in partnership with Europa Nostra and with support of Creative Europe Program and ICOM

, **Hiperligação:** <http://www.muscon.org>

Conference & Exhibition (conference theme: Sustainable and Ethical Museums in a Globalised World)

Brighton, UK , 3 a 5 de Outubro 2019.

Org. UK Museums Association

, **Hiperligação:** <https://www.museum-association.org/conference/18022019-conference-theme>

Digital Summit

Amsterdão, Holanda, 25 de Outubro 2019.

Org. MuseumNext

, **Hiperligação:** <https://www.museum-next.com/get-involved/call-for-speakers>

Revolution: Velvet x Digital-30 Years of Digital and Social Media in Museums

Bratislava, Eslováquia 6 e 7 de Novembro de 2019.

Org. ICOM Slovakia , ICOM Czech Republic , ICOM Austria

, **Hiperligação:** : <https://icomconference.sng.sk/en>

Twelfth International Conference on the Inclusive Museum (special focus: Museums, Heritage and Sustainable Tourism)

Muntref, Museum of Immigration, Buenos Aires, Argentina 7 a 9 de Novembro de 2019.

Org. The Inclusive Museum

, **Hiperligação:** :

<https://onmuseums.com/2019-conference/call-for-papers>



NEMO European

Museum Conference 2019: Museums 2030 - How museums can help build a sustainable future

Tartu, Estónia 7 a 10 de Novembro de 2019.

Org. NEMO - Network of European Museum Organizations

, **Hiperligação:** : : <https://www.nemo.org/our-actions/european-museum-conference.html>

Formação

Armas de fogo nos museus RPM. sessões de 1 dia (20 de maio, Lisboa; 22 de maio Coimbra; 24 de maio, Porto; 28 de maio, Vila Viçosa; 29 de Maio, Lagos; 4 Junho, Angra do Heroísmo, Açores;; e 5 Junho, Funchal, Madeira

Org. Rede Portuguesa Museus / Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) e Polícia de Segurança Pública (PSP)



Formação Rede Portuguesa de Museus | a partir de Setembro 2019

Org. Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC)

A formação organizada pela Rede Portuguesa de Museus abrange um leque diverso de cursos de curta duração (marketing e comunicação em museus, museus e desafio digital, museus acessibilidade e inclusão, reservas museológicas, atendimento e acolhimento de públicos. Consulte a página da DGPC para saber mais: <http://www.patrimonio-cultural.pt>

Curso

Websites e documentos digitais

acessíveis

. Lisboa, 27 de Maio Segunda-feira,

9h30-12h30 e 14h-17h

Biblioteca Palácio Galveias

Porto, 13 de Junho Quinta-feira,

9h30-12h30 e 14h-17h MIRA Forum

Org. Acesso cultura

Formador: Norberto Sousa Os nossos websites são a principal porta de entrada às nossas instituições e aos nossos projectos, também no caso das pessoas com deficiência. Por isso, é fundamental que sejam acessíveis. Agora, trata-se também de uma obrigação legal. Através deste curso de formação, conheceremos as directivas para a acessibilidade a conteúdo web (WCAG: Web Content Accessibility Guidelines); compreenderemos melhor as diferenças na forma de funcionamento de navegação de diferentes leitores de ecrã; identificaremos as principais barreiras de acessibilidade em documentos, PDFs e websites; aprenderemos a criar documentos acessíveis.



Chamada para propostas

Programa ProMuseus 2019 de apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus - Org. M. Cultura

-se em preparação uma nova edição do Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus – ProMuseus, programa de apoio financeiro aos museus credenciados da Rede Portuguesa de Museus que tem por objetivo contribuir para estimular o desenvolvimento, qualificação e inovação das práticas museológicas e promover o trabalho em rede através do estabelecimento de parcerias.

Foi publicado em Diário da República o Regulamento do Programa (D.R, 2ª série- nº 64 – 1 de Abril de 2019) que estabelece as condições de acesso e de atribuição de apoio financeiro (em regime de comparticipação), bem como será publicitado oportunamente, o aviso de abertura de concurso para apresentação de candidaturas em 2019 - que fixará as áreas preferenciais a apoiar e divulgará o montante do apoio financeiro global e o limite máximo a atribuir, por candidatura, a cada área de apoio do Programa.

<https://dre.pt/home/-/dre/121854643/details/maximized?serie=II>

Será publicado em Diário da República o consequente Aviso de Abertura de Candidaturas ao Concurso.



ICOM Portugal - Opinião dos Membros: chamada de contributos para o Boletim

Prazo limite: 25 de Julho

Org. ICOM Portugal

O Boletim ICOM Portugal tem uma nova secção: *Opinião dos Membros*, que acolhe cartas dos membros do ICOM sobre tópicos da actualidade museológica, sendo um espaço aberto onde os profissionais podem ter uma voz activa. Pretendemos textos de comentário que contribuam para a discussão pública sobre museus e Museologia em Portugal. Os textos devem ser curtos e concisos (máx. 1800 caracteres com espaços, aproximadamente 1 página), e pontuar pela relevância do seu conteúdo. Deve ser ainda indicado título (breve e claro), nome do/a autor/a e afiliação. O ICOM Portugal reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos. Serão publicados no máximo até três contributos por boletim. As propostas devem ser enviadas para o email:

boletim.icom.pt@gmail.com

**II Congresso Internacional de História
Local: Conceitos, Práticas e Desafios na
Contemporaneidade**

**Universidade de Évora, 2 e 3 de Outubro
2019.**

**Org. IHC -Universidade Nova de
Lisboa FCCHS, CEHFCi Universida-
de de Évora**

A abertura de propostas de comunicação para todos os interessados tem como objectivos a divulgação de trabalhos de âmbito histórico local e regional, bem como a partilha de obstáculos encontrados pelos investigadores ao longo do seu processo de investigação. Do mesmo modo, procura reflectir sobre o que é a História Local e a suas diversas potencialidades, em particular a sua íntima relação com as comunidades que aborda.

Envie a sua proposta para o email: loca-lhistory.ihc@gmail.com Término de apresentação de propostas: 7 de Junho de 2019

Hiperligação: <https://plataforma9.com/congressos/iii-congresso-internacional-de-historia-local.htm>



**Seminário Internacional Museu,
Educação e Comunidade - A acção
educativa em museus**

Fundão, 2 e 3 de Outubro 2019.

**Org. ICOM Portugal, ICOM CECA,
ICOM Europa com apoio da C.M.
Fundão**

Está aberta a propostas de comunicação para todos os interessados . Podem fazê-lo através do e-mail: siecm019@gmail.com

**Fundo Bolsas ICOM Portugal:
candidaturas**

Prazo limite: 30 de Junho

Org. ICOM Portugal

O Fundo de Bolsas ICOM Portugal destina-se a estimular a participação de membros individuais – regulares ou estudantes – portugueses do ICOM em conferências científicas internacionais de museus e Museologia, através da atribuição de um subsídio de deslocação e. Mais informações: <http://icom-portugal.org>

**Bolsas de Estudo para Doutoramento
em Sociomuseologia: candidaturas
a decorrer**

Prazo limite: 31 de Outubro

**Org. Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias**

Encontra-se aberto concurso de bolsas de estudo para o programa de doutoramento em Sociomuseologia (2017-2020). As bolsas têm a duração de 36 meses e cobrem os encargos devidos à Universidade Lusófona (emolumentos e propinas). Mais informações: <http://www.museologia-portugal.net>

Colabore com o ICOM Portugal

Caso queira sugerir conteúdos contacte-nos através do email:

boletim.icom.pt@gmail.com (Mário Antas) até 25 de Julho.

Temos também uma nova secção no boletim: *Opinião dos Membros*.

Participe!

Ainda não é membro do ICOM?

Saiba como em: <http://icom-portugal.org>

Já conhece a página de Facebook do ICOM Portugal?

Visite, comente e partilhe conteúdos em:

<https://www.facebook.com/icomportugal>

MEMBRO INDIVIDUAL

3 BOAS RAZÕES PARA SER MEMBRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS



1 FAÇA PARTE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL DE MUSEUS

COMUNIQUE-SE com 36.000 especialistas de museus de prestígio mundial

CONSTRUA uma rede sólida de profissionais internacionais em cada especialidade relacionada com os museus

AUMENTE os seus horizontes através de mais de 200 conferências organizadas em cada ano no mundo

PARTICIPE do vasto e diversificado programa da Conferência Geral trienal

2 PARTICIPE DE MISSÕES INTERNACIONAIS

CONFIGURE o futuro das profissões museais

DEFENDA os padrões de excelência e a deontologia dos museus

DESEMPEÑHE um papel na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais

COLABORE em programas de planificação e de intervenção em situações de emergência nos museus do mundo inteiro

3 BENEFICIE DOS SERVIÇOS DO ICOM

INFORME-SE sobre as tendências e inovações nos museus através da revista dos profissionais de museus ICOM NEWS e da newsletter mensal

CONSULTE mais de 2.000 publicações dos Comitês do ICOM através de base de dados on-line

CONNECTE-SE à ICOMMUNITY, a nova plataforma interativa em linha do ICOM

TORNE-SE membro de alguns dos 30 Comitês Internacionais do ICOM e faça ouvir a sua voz

RESOLVA litígios relacionados com arte e património cultural através do programa de mediação do ICOM-OMPI

E MUITAS OUTRAS VANTAGENS PELA SUA ADESAO AO ICOM

- Oportunidades de formação e de desenvolvimento profissional
- Cartão ICOM: o seu passaporte internacional para os museus do mundo inteiro
- Descontos em publicações e nas lojas dos museus

Para mais informações, consulte <http://icom.museum>



FEDERAZÃO INTERNACIONAL DE MUSEUS
CONSEJO INTERNACIONAL DE MUSEOS
CONSIGLIO INTERNAZIONALE DEI MUSEI

